

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ANÁLISE AO RELATO NÃO FINANCEIRO:
GUIDELINES SETORIAIS E A SUA RELAÇÃO COM OS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nadina Varinda

Lisboa, novembro de 2024

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

ANÁLISE AO RELATO NÃO FINANCEIRO: *GUIDELINES* SETORIAIS E A
SUA RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nadina Varinda

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Ana Isabel Dias, professora na área científica de Contabilidade e Auditoria

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Fábio Albuquerque

Arguente: Prof. Doutora Umbelina Lagioia

Vogal: Prof. Doutora Ana Isabel Dias

Lisboa, novembro de 2024

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Dias, pela orientação incansável, pelos conselhos valiosos, paciência e confiança depositada em mim ao longo de todas as fases desta dissertação. A sua sabedoria e dedicação foram fundamentais para o meu crescimento académico e pessoal.

À minha mãe, pelo amor incondicional, pelo suporte e confiança nas minhas capacidades. És um grande exemplo e a minha maior motivação!

Em especial, agradeço à Ana Mestre, que, melhor que ninguém, entende o quão desafiador foi o percurso. Partilhámos momentos difíceis juntas, mas também muitas risadas. Amiga, és incrível.

À minha amiga Indira, por toda a paciência e apoio. As tuas palavras diárias foram essenciais para me manter focada e otimista.

Aos meus demais amigos, obrigada pelo carinho e compreensão ao longo deste trajeto.

A conclusão desta dissertação representa um marco importante na minha vida, e a vossa ajuda foi imprescindível. Estou muito feliz.

Obrigada a todos!

Resumo

A presente dissertação tem como intuito analisar o relato não financeiro das empresas do setor *Health Care*, especificamente na indústria de *Biotechnology & Pharmaceuticals*, de acordo com as normas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e relacionar esse relato com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa justifica-se pela lacuna na literatura quanto à aplicação prática dessas normas e, conseqüentemente, na sua relação com o alcance de metas dos ODS. Para o efeito foi realizado uma análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade de 35 empresas da União Europeia e dos Estados Unidos da América, referentes ao ano de 2022. Os resultados evidenciam variações significativas na conformidade das empresas com as métricas SASB, destacando-se a divulgação incompleta de informações e a necessidade de maior alinhamento com as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Este estudo contribui para a literatura ao oferecer *insights* sobre a prática de relato de sustentabilidade na indústria de *Biotechnology & Pharmaceuticals* e ao mapear a relação entre as métricas divulgadas e os ODS.

Palavras-chave: Relato não financeiro; ODS; SASB; *Health care*; *Biotechnology & Pharmaceuticals*.

Abstract

The present dissertation aims to analyze the non-financial reporting of companies in the Health Care sector, specifically in the Biotechnology & Pharmaceuticals industry, in accordance with the Sustainability Accounting Standards Board (SASB) standards, and to relate this reporting to the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs). The research is justified by the gap in the literature regarding the practical application of these standards and their connection to achieving the SDG targets. To this end, a content analysis was conducted on the sustainability reports of 35 companies from the European Union and the United States, referring to the year 2022. The results reveal significant variations in the compliance of companies with SASB metrics, highlighting incomplete information disclosure and the need for greater alignment with the targets of the United Nations' 2030 Agenda. This study contributes to the literature by providing insights into sustainability reporting practices in the Biotechnology & Pharmaceuticals industry and mapping the relationship between disclosed metrics and the SDGs.

Keywords: Non-financial reporting; SDGs; SASB; Health care; Biotechnology & Pharmaceuticals.

Índice

1. Introdução	- 1 -
2. Enquadramento teórico.....	- 6 -
2.1 O relato não financeiro na UE.....	- 6 -
2.2 O relato não financeiro nos EUA.....	- 9 -
2.3 O relato de acordo com as normas do SASB.....	- 10 -
2.3.1 O SASB e a aplicabilidade das normas SASB	- 10 -
2.3.2 Estudos ao relato realizado com as normas SASB.....	- 16 -
2.4 Os ODS e o relato pelas normas SASB	- 21 -
3. Metodologia.....	- 25 -
3.1 Questão de investigação, objeto e objetivos	- 25 -
3.2 População e Amostra.....	- 26 -
3.3 Definição das variáveis	- 30 -
3.3.1 Nível de divulgação das métricas SASB.....	- 30 -
3.3.2 Metas ODS relacionadas com as métricas SASB	- 33 -
3.3.3 Variáveis explicativas	- 41 -
3.4 Técnicas estatísticas.....	- 42 -
4. Resultados e discussão	- 43 -
4.1 Análise da divulgação de informação pelas normas SASB.....	- 43 -
4.1.1 Análise global das métricas SASB.....	- 43 -
4.1.2 Análise por região das métricas SASB	- 47 -
4.1.3 Análise dos tópicos do SASB, global e por região	- 50 -
4.1.4 Análise do nível de divulgação, global e por região	- 52 -

4.1.5 Análise da relação entre o ND e variáveis explicativas.....	- 53 -
4.2 Análise da relação entre métricas de divulgação e metas de ODS.....	- 54 -
5. Conclusões, limitações e sugestões	- 60 -
Referências bibliográficas.....	- 63 -

Índice de tabelas

Tabela 3.1 Relação entre as métricas SASB para o setor HC-BP e as metas dos ODS ..	- 33 -
Tabela 3.2 Relação entre as metas dos ODS e métricas do SASB para o setor HC-BP..	- 35 -
Tabela 4.1 Análise estatística descritiva das métricas SASB para o setor HC-BP.....	- 43 -
Tabela 4.2 Análise estatística descritiva das métricas SASB para o setor HC-BP por região-	47 -
Tabela 4.3 Teste U de Mann-Whitney para as métricas do SASB, por região.....	- 49 -
Tabela 4.4 Medidas de estatística descritiva para os Tópicos SASB para o setor HC-BP-	50 -
Tabela 4.6 Teste U de Mann-Whitney para os Tópicos SASB	- 51 -
Tabela 4.7 Medidas de estatística descritiva para o ND.....	- 52 -
Tabela 4.8 Teste U de Mann-Whitney entre ND e região.....	- 53 -
Tabela 4.9 Coeficientes de correlação.....	- 53 -
Tabela 4.10 Frequências e percentagens do cumprimento dos ODS pelas empresas.....	- 55 -
Tabela 4.11 Análise estatística descritiva do alcance das metas dos ODS por região.....	- 56 -
Tabela 4.12 Teste U de Mann-Whitney para as metas dos ODS, por região.....	- 58 -

Índice de quadros

Quadro 2.1 Setores e indústrias do SASB	- 10 -
Quadro 2.2 GIC do SASB.....	- 13 -
Quadro 2.3 Matriz de materialidade para a indústria <i>Biotechnology & Pharmaceuticals</i>	- 15 -
Quadro 2.4 GIC para o setor HC-BP	- 15 -
Quadro 3.1 Amostra do estudo	- 29 -
Quadro 3.2 Tópicos de divulgação para o setor HC-BP	- 31 -

Lista de abreviaturas

CDP – *Carbon Disclosure Project*

CDSB - *Climate Disclosure Standards Board*

CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive*

CE – Comissão Europeia

DP – Desvio-padrão

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

EFRAG SRB – *EFRAG Sustainability Reporting Board*

EFRAG SR TEG - *EFRAG Sustainability Reporting Technical Expert Group*

EIP – Entidades de Interesse Público

ENDV – Índice de endividamento

ESG - *Environmental, Social and Governance*

ESRS - *European Sustainability Reporting Standards*

EUA – Estados Unidos da América

EY – Ernst & Young

GEE – Gases com efeito de estufa

GIC – *General Issue Category*

GRI - *Global Reporting Initiative*

HC-BP – *Health care – Biotechnology & Pharmaceuticals*

ND – Nível de Divulgação

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IOSCO - *International Organization of Securities Commissions*

ISSB - *International Sustainability Standards Board*

M - Média

NFRD - *Non-Financial Reporting Directive*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE – Objetivos específicos

ONU – Organização das Nações Unidas

PwC - PricewaterhouseCoopers

QID - Questões de Investigação Derivadas

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SASB - *Sustainability Accounting Standards Board*

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SICS - *Sustainable Industry Classification System*

TCFD - *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*

UE – União Europeia

VRF - *Value Reporting Foundation*

1. Introdução

Num mundo cada vez mais orientado para a sustentabilidade, as empresas enfrentam uma pressão crescente para divulgar informações não apenas sobre os seus resultados financeiros, mas também sobre seu desempenho ambiental, social e de governança (Stolowy & Paugam, 2018). Este tipo de divulgação, conhecido como relato não financeiro ou, mais recentemente, por relato da sustentabilidade, ainda que historicamente seja maioritariamente de caráter voluntário (Cucari, De Falco, & Orlando, 2018), tornou-se uma ferramenta essencial para avaliar o impacto global das empresas no ambiente e na sociedade em que estão inseridas (Limkriangkrai, Koh, & Durand, 2017).

O relato de sustentabilidade fornece não só uma visão mais holística do desempenho empresarial, mas também ajuda as empresas a alinharem as suas estratégias com metas globais, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) (GRI, United Nations Global Compact & WBCSD, 2015).

Nos últimos anos, o conceito de dupla materialidade tem ganho destaque nos relatórios de sustentabilidade. Este conceito reconhece que a informação pode ser relevante tanto do ponto de vista financeiro quanto do impacto ambiental e social. A materialidade financeira refere-se aos efeitos dos temas de sustentabilidade na entidade (perspetiva *outside-in*), enquanto a materialidade de impacto diz respeito aos efeitos da entidade no meio ambiente e na sociedade (perspetiva *inside-out*) (PwC, 2022).

De acordo com Bochkay *et al.* (2021) e Luo e Tang (2022), apesar do crescente interesse por parte das empresas em corresponder às expectativas dos investidores no que respeita à divulgação de informação não financeira, devido à diversidade de tópicos existentes, a maioria tem uma grande dificuldade em compreender como fazê-lo corretamente (Faria, 2017), e por outro lado, os investidores manifestam-se preocupados quanto à qualidade das divulgações existentes (Guidi *et al.*, 2021).

De modo a responder aos desafios relacionados com a divulgação de relatórios não financeiros, existem várias iniciativas e referenciais disponíveis, como são o caso da *Global Reporting Initiative* (GRI), o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) *Foundation*, a abordagem de relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), entre outras alternativas (Ferreira, 2022).

As normas GRI continuam a ser as mais utilizadas, com cerca de 73% das 250 maiores empresas globais a adotá-las (Adams *et al.*, 2022; GRI, 2021). No entanto, tem-se verificado um crescimento significativo na adoção das normas SASB, particularmente em 2022, quando 2.231 empresas alinharam os seus relatórios de acordo com este referencial, representando um crescimento de 60% comparativamente ao ano anterior (KPMG, 2023a). As normas SASB são especialmente relevantes para os investidores, uma vez que se concentram na materialidade financeira e no impacto financeiro dos *fatores Environmental, Social and Governance* (ESG) para setores específicos (GRI, 2021), ao passo que a dupla materialidade inclui também os efeitos das empresas no meio ambiente e na sociedade.

As características que diferenciam as normas GRI com as SASB prendem-se ao facto de que as primeiras estão direcionadas para múltiplas partes interessadas, e a definição de materialidade está relacionada com o impacto social, enquanto as segundas dirigem-se principalmente aos investidores e, portanto, a sua definição de materialidade é a da relevância financeira tendo em conta os aspetos ESG (Busco, Consolandi & Eccles, 2020).

Em Portugal, 75% das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade ou integrados utilizam as normas GRI. É importante sublinhar, contudo, que as normas GRI e SASB não são concorrentes, mas sim complementares. Segundo Pizzi, Principale e Nuccio (2022), a adoção conjunta destas normas traz vantagens significativas, permitindo às empresas abordar tanto a materialidade financeira como a sustentabilidade de forma integrada (ESG Pro, 2023).

Para além destas, existem outras normas de relato que podem trazer benefícios complementares, ao enriquecer os relatórios com perspetivas adicionais e ao cumprir exigências específicas de *stakeholders* e reguladores (ESG Pro, 2023). De acordo com Guillot (2020), 98% dos tópicos incluídos nas normas SASB estão relacionados a uma ou mais metas dos ODS, podendo estas ajudar empresas e investidores a identificar as metas dos ODS mais relevantes para o desempenho financeiro e operacional para cada setor. Deste modo, é possível alocar capital financeiro e outros recursos por forma a melhor gerir os objetivos de risco e retorno financeiro, alcançando o chamado “ponto ideal”.

Em 2022, a IFRS *Foundation* assumiu a responsabilidade pelas normas SASB, de modo a melhorar a aplicabilidade destas a nível internacional (IFRS *Foundation*, 2023). A IFRS *Foundation* pretende relembrar as partes interessadas sobre os efeitos das questões ambientais nas demonstrações financeiras das empresas, quando essas são materiais (Anderson, 2023), sendo que a maioria das indústrias têm sido, ou é provável que venham a ser, afetadas pelas alterações climáticas e pelos esforços para gerir o seu impacto (IFRS *Foundation*, 2023).

A divulgação setorial por parte das empresas é importante na medida em que identifica temas materiais, e permite obter uma abordagem holística garantindo a comparabilidade mais precisa entre setores (Dihn, Husmann & Melloni, 2021). Não obstante, a literatura apresenta um número limitado de estudos que incidem sobre a divulgação de tópicos de sustentabilidade efetuados sob as normas SASB (Braune, 2021; Busco *et al.*, 2020; Carvajal e Nadeem, 2022; Consolandi *et al.*, 2020; Constantinescu, 2021; Gunawan e Susilo, 2021; Henrique, Paulo e Fernandes, 2024; Morell, 2022; Rodriguez, Cotran e Stewart, 2017; Xie, Tanaka, Keeley, Fujii e Managi, 2023).

Nesse contexto, a ligação do relato não financeiro, realizado de acordo com normas desenvolvidas pelo SASB, com os ODS, revela-se importante, pois alinha os esforços das empresas e os interesses dos investidores em atingir essas metas com os seus interesses financeiros (Consolandi *et al.*, 2020). Schmidt (2023) reforça ainda que essa integração pode fornecer uma ferramenta valiosa ao concentrar-se em questões ambientais e sociais relevantes para cada setor.

No entanto, permanece uma lacuna na literatura no que diz respeito à compreensão de como a relação entre o relato não financeiro, segundo as normas SASB, e as metas de desenvolvimento sustentável pode ser implementada nos processos de divulgação. Uma das limitações possíveis sentidas prende-se ao facto de que as normas SASB apresentam 26 questões gerais de sustentabilidade, denominadas *General Issue Categories* (GIC), agrupadas em cinco dimensões, com o objetivo de ajudar os investidores a identificar as divulgações de sustentabilidade mais relevantes para o desempenho em cada setor e indústria. Note-se que as normas SASB abrangem 77 indústrias que estão agrupadas em 11 setores, tornando a comparabilidade entre setores e a consistência um desafio para a análise.

Consolandi *et al.* (2020) analisaram a contribuição das empresas do setor da saúde para os ODS, com foco no ODS 3. O estudo centrou-se em empresas incluídas no índice Russell 3000, que engloba as 3.000 maiores empresas cotadas em bolsa nos Estados Unidos. Seguindo as orientações do SASB, as questões ESG foram classificadas como materiais ou imateriais, consoante o seu impacto financeiro. Os resultados indicaram que as empresas com melhores classificações em questões de sustentabilidade material registaram um desempenho financeiro superior às que apresentaram classificações inferiores.

Até à data apenas foram encontrados os estudos de Consolandi *et al.* (2020) e Morell (2022) que façam a relação entre o setor *Health care* e o relato de sustentabilidade, de acordo com as normas SASB.

Por outro lado, parece haver uma lacuna na investigação relativamente à análise da adoção das normas SASB e o seu impacto no cumprimento dos ODS pelas empresas na União Europeia (UE). Assim, a questão de investigação que se coloca nesta dissertação é a seguinte:

“As empresas, do setor *Health Care* e na indústria de *Biotechnology & Pharmaceuticals* (HC-BP), que estão a realizar o seu relato não financeiro de acordo com as normas SASB, alcançam metas definidas pelos ODS?”

Com o objetivo de responder à questão de investigação, surgem algumas questões de investigação derivadas (QID):

QID1: Qual o nível de divulgação do relato não financeiro no setor HC-BP realizado de acordo com as normas SASB?

QID2: Qual a possível relação entre as métricas de divulgação das normas SASB para o HC-BP e as metas dos ODS?

QID3: Qual a relação entre o nível de divulgação do relato não financeiro, realizado de acordo com as normas SASB, para o setor HC-BP com as metas definidas nos ODS?

O objeto deste estudo é o relato não financeiro de acordo com as normas SASB das empresas da UE e dos Estados Unidos da América (EUA) no setor HC-BP por ser a indústria dentro do setor e de acordo com o SASB, em que se verifica o maior número de empresas. O objetivo é analisar este relato à luz do preconizado pelas normas SASB e a identificação que esta divulgação tem no alcance dos ODS. Como tal, é importante delinear objetivos específicos, que são os seguintes:

- a) Analisar o relato não financeiro das empresas da UE e dos EUA no setor HC-BP realizado de acordo com as normas SASB;
- b) Apresentar uma matriz de relação entre as métricas de divulgação das normas SASB para o setor HC-BP e as metas dos ODS;
- c) Relacionar o relato não financeiro das empresas da UE e dos EUA no setor HC-BP realizado de acordo com as normas SASB com as metas definidas nos ODS.

A estrutura da dissertação é apresentada em cinco capítulos. Na primeira parte, será feita uma introdução e contextualização do problema de investigação, por forma a destacar a sua relevância no contexto atual. Na segunda parte, será feita a revisão de literatura, onde serão explorados estudos relacionados com o tema, analisadas e descritas teorias e contributos teóricos, de acordo com o apoio de estudos de outros autores. Na terceira parte, será descrita a

metodologia adotada para a pesquisa, com a devida justificação da escolha dos métodos, ferramentas e técnicas utilizadas para a coleta e análise de dados. Ainda neste capítulo, será apresentada a população e a seleção da amostra e feito um esclarecimento quanto aos critérios de inclusão e exclusão. Na quarta parte, serão apresentados e analisados os resultados obtidos. Na quinta parte, serão feitas as considerações finais, evidenciando os principais resultados obtidos, implicações e contribuições para o estudo, sendo também feitas sugestões para futuras pesquisas.

2. Enquadramento teórico

2.1 O relato não financeiro na UE

A sociedade e os *stakeholders* estão cada vez mais conscientes das questões ambientais e sociais, levando as empresas a aprimorar a transparência e a comparabilidade das informações que divulgam (Kolk & Tulder, 2010).

Deste modo, tem-se verificado uma preocupação crescente com a divulgação de informação não financeira (KMPG, 2020), comumente definida como informação ESG (Vukić, Vuković & Calace, 2018), sendo estes os três componentes fundamentais para avaliar a sustentabilidade e o impacto social de uma empresa (Poole & Sullivan, 2021). Neste contexto, verifica-se uma evolução não só nos relatórios de sustentabilidade (EY, 2020), mas também no desenvolvimento de padrões e diretrizes (APCER, 2023).

A Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, também conhecida como Diretiva do Relato Não Financeiro (em inglês *Non Financial Reporting Directive - NFRD*), de 22 de outubro de 2014, que veio alterar a Diretiva 2013/34/UE, visa aumentar a transparência das informações não financeiras divulgadas por empresas cotadas na UE (Korca & Costa, 2021). A NFRD é de aplicação obrigatória para grandes empresas, empresas-mãe de um grande grupo, as que sejam consideradas entidades de interesse público (EIP) e que à data do balanço apresentem um número médio de empregados superior a 500 (Cansino, 2022).

Segundo a Diretiva 2013/34/UE, de 29 de junho, são grandes empresas as entidades que à data do balanço, excedam pelo menos dois dos três critérios seguintes: i. Total do balanço: 20 milhões de euros; ii. Volume de negócios líquido: 40 milhões de euros; iii. Número médio de trabalhadores durante o período: 250 (OJ L 182, 2013, p. 28).

Os impactos da Diretiva 2014/95/UE já foram estudados por alguns autores relativamente a alguns países europeus, como por exemplo, Alemanha, Áustria, Dinamarca, França, Itália, Espanha e Portugal (Posadas & Tarquínio, 2021; Reis, 2020; Silva, 2021).

Posadas e Tarquínio (2021) analisaram o impacto da Diretiva 2014/95/UE sobre a divulgação de informações não financeiras por empresas listadas em Itália e em Espanha. Antes da Diretiva, as empresas italianas eram menos ativas no que respeita ao relato de sustentabilidade, enquanto 95% das empresas espanholas já publicavam essas informações, devido a uma legislação pré-existente. Após a adoção da Diretiva, observou-se uma redução nos níveis de divulgação dessa informação em Itália, especialmente no que se refere a informações económicas. Em

contrapartida, as empresas espanholas aumentaram consideravelmente as suas divulgações, embora tenha ocorrido uma ligeira diminuição no ano seguinte. A integração da legislação na Espanha melhorou a transparência e a qualidade das informações, ao passo que as empresas italianas enfrentaram dificuldades. O estudo identificou uma tendência de harmonização nas práticas de divulgação entre os dois países, indicando que a regulamentação obrigatória pode promover a transparência nas divulgações não financeiras.

Os resultados de Reis (2020) permitem concluir que as empresas, nomeadamente pertencentes aos países da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Itália, Noruega e Portugal, têm preferência pela divulgação da informação não financeira num relatório de sustentabilidade autónomo (52% das empresas).

Silva (2021) refere que as empresas portuguesas cotadas na *Euronext Lisbon* estão em desvantagem no que toca ao relato da informação não financeira, em comparação com países como a Roménia e Itália. Esta desvantagem deve-se, em parte, à introdução tardia das práticas de relato não financeiro em Portugal comparada a outros países europeus, e por outro lado, existe uma menor predisposição das empresas portuguesas para adotarem práticas voluntárias de sustentabilidade.

A 14 de dezembro de 2022 foi publicada a Diretiva 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, também designada por *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas, que vem alterar a Diretiva 2014/95/UE (PwC, 2023a). A CSRD tem como objetivo garantir um padrão consistente de transparência em toda a Europa, permitindo aumentar a confiança das partes interessadas, e por outro lado, promover uma economia mais inteligente e sustentável (Coelho, 2023).

Especificamente, a CSRD aborda quatro áreas de informação não financeira: impactos ambientais atuais e futuros, aspetos sociais como igualdade de género e condições de trabalho, prevenção de violações dos direitos humanos, e medidas de combate à corrupção e suborno. Esta Diretiva foi publicada com o intuito de corrigir deficiências detetadas no relato não financeiro, e alargar o leque de entidades obrigadas a comunicar em matéria de sustentabilidade (Cuatrecasas, 2022).

A CSRD será aplicável às seguintes empresas: i) grandes empresas de interesse público já abrangidas pela NFRD (relatório a ser feito em 2025, com referência ao exercício de 2024); ii) grandes empresas que atualmente não estão enquadradas nos requisitos da NFRD (relatório a ser publicado em 2026 relativamente ao exercício de 2025); iii) pequenas e médias empresas, com exceção das microempresas, cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num

mercado regulamentado na UE, instituições de pequena dimensão e não complexas, e empresas de seguros e resseguros cativas (relato a ser feito em 2027, com referência ao período de 2026), e; iv) empresas de países terceiros com atividade significativa na UE (relato a ser feito em 2029, com referência ao exercício de 2028).

De acordo com a Diretiva n.º 2022/2464/UE, de 14 de dezembro de 2022, os Estados-Membros deveriam ter adotado, até 6 de julho de 2024, as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para cumprir os artigos 1.º a 3.º.

No âmbito da CSRD, o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), uma associação privada sem fins lucrativos criada em 2001 com o incentivo da Comissão Europeia (CE) para servir o interesse público (EFRAG, 2022), foi mandatado para elaborar as *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS). Inicialmente focado em aconselhar a CE sobre a aplicação das normas internacionais de relato financeiro no contexto europeu, o EFRAG expandiu o seu papel para incluir o desenvolvimento de normas de sustentabilidade, assumindo uma nova estrutura, dividida em dois pilares: relato financeiro e relato de sustentabilidade (EFRAG, n.d.).

Atualmente, o EFRAG é responsável pelo desenvolvimento das ESRS, que serão adotadas na UE (Fenwick, 2023). A 22 de novembro de 2022, o *EFRAG Sustainability Reporting Board* (EFRAG SRB), aconselhado pelo *EFRAG Sustainability Reporting Technical Expert Group* (EFRAG SR TEG), aprovou doze normas provisórias, que foram submetidas à CE. Posteriormente, a CE adotou o *Delegated Act* com o primeiro conjunto de ESRS a 31 de julho de 2023 (EFRAG, 2023a).

O EFRAG e o ISSB continuam a trabalhar na interoperabilidade entre as normas SASB, presentes nas IFRS S1 *General Requirements for Disclosure of Sustainability Information* e IFRS S2 *Climate-related Disclosures*, e as normas setoriais desenvolvidas pelo EFRAG. Esta colaboração visa melhorar a aplicabilidade internacional das normas SASB, de modo a garantir a comparabilidade em diferentes jurisdições (EFRAG, 2023b) O ISSB propôs uma metodologia para substituir referências específicas de jurisdição por referências generalizadas, por forma a permitir uma aplicação mais ampla das normas SASB (Breda, 2023).

O EFRAG manifestou apoio à metodologia proposta pelo ISSB considerando-a uma solução razoável para a aplicabilidade internacional das normas SASB. Contudo, salientou a importância de garantir que a comparabilidade seja mantida e recomendou a realização de uma análise das lacunas entre as normas SASB e outros *frameworks* de relato de sustentabilidade. O EFRAG também alertou para a necessidade de um processo técnico robusto, caso as normas setoriais

SASB se tornem obrigatórias no futuro, sublinhando a importância de consultas públicas antes de qualquer decisão definitiva (EFRAG, 2024)

A UE afastou-se do endosso das normas do ISSB, quando optou por capacitar o EFRAG para desenvolver normas de sustentabilidade a serem aplicadas no espaço europeu. Não obstante, a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), recomenda às autoridades reguladoras dos mercados financeiros a adoção das normas do ISSB, de modo a garantir a consistência e comparabilidade nas informações das empresas, especialmente para investidores a nível global (IOSCO, 2023).

De modo a facilitar a elaboração do relato de sustentabilidade e evitar encargos administrativos para as empresas, estas devem seguir as normas e sistemas existentes, como é o caso das normas GRI, as normas setoriais do SASB, o IIRC, entre outras (JO L 322, p. 29).

Não obstante, a possibilidade de adotar diferentes estruturas de relato não financeiro, não só dificulta as empresas na compreensão de quais as melhores opções a seguir (Faria, 2017), como por outro lado, afeta a concisão e comparabilidade das informações preparadas pelas mesmas (Venturelli *et al.*, 2020), considerando a diversidade de informações que englobam essas estruturas (Melloni, Caglio, & Perego, 2017).

Tsagas e Villiers (2020) afirma que os sistemas devem, não só melhorar a credibilidade e a comparabilidade entre as empresas, mas também identificar os utilizadores para os quais a informação é de facto "material", com base nos fatores ESG e nos ODS.

2.2 O relato não financeiro nos EUA

Nos últimos anos, a adoção do relato não financeiro nos EUA tem crescido significativamente, impulsionada por uma combinação de iniciativas de mercado, pressões de investidores e regulamentações tanto estaduais como federais (Bernoville, 2024). Embora os EUA ainda não possuam um quadro federal unificado, como a CSRD da UE, várias entidades reguladoras desempenham um papel crucial na orientação das empresas quanto à divulgação de métricas de sustentabilidade. Entre elas, destacam-se a *Securities and Exchange Commission* (SEC), a SASB, as GRI, o *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), entre outros (Christensen, Hail & Leuz, 2021).

A SEC, historicamente focada em divulgações financeiras, reconheceu a crescente importância dos fatores ESG e passou a exigir que empresas de capital aberto divulguem informações materiais sobre riscos climáticos e gestão de capital humano, com impacto direto nas decisões

de investimento (Soyombo *et al.*, 2024). Com a nova regulamentação de março de 2024, é exigido que as empresas registradas apresentem dados detalhados sobre riscos climáticos, estratégias de mitigação e adaptação, emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e metas de transição para fontes de energia mais limpas (SEC, 2024). Estas regras aplicam-se a cerca de 12.000 empresas e a sua implementação começa em 2026 para grandes empresas e em 2027 para a divulgação de emissões de GEE (PlanA, 2024).

Simultaneamente, a SASB dispõe de normas específicas por setor que, embora voluntárias, estão a ser amplamente adotadas pelas empresas por forma a responder às exigências dos investidores em relação aos fatores ESG (Bernoville, 2024; KPMG, 2023a). Essas diretrizes têm desempenhado um papel essencial no fortalecimento do relato de sustentabilidade nos EUA, com empresas de setores de tecnologia, energia e bens de consumo a ajustar as suas divulgações para responder de forma eficaz às expectativas dos seus *stakeholders*.

Apesar da falta de um quadro federal padronizado, espera-se que, com a crescente pressão dos *stakeholders*, as exigências de relatórios ESG nos EUA se tornem mais rigorosas e, possivelmente obrigatórias no futuro próximo (Bernoville, 2024; PlanA, 2024).

2.3 O relato de acordo com as normas do SASB

2.3.1 O SASB e a aplicabilidade das normas SASB

O SASB é uma organização sem fins lucrativos, com sede em São Francisco, Califórnia, fundada em 2011 (Onetrust, 2023), com o objetivo de desenvolver normas para o relato de sustentabilidade. As normas estão disponíveis para 11 setores e 77 diferentes indústrias (Quadro 2.1) e identificam os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que são mais propensos a afetar os fluxos de caixa de uma entidade, o acesso a financiamento e os custos de capital, seja a curto, médio ou longo prazo. Além disso, especificam os tópicos e métricas de divulgação que podem ser úteis para os investidores (IFRS Foundation, 2023).

Quadro 2.1 Setores e indústrias do SASB

Setores	Indústrias
Consumer Goods	<i>Apparel, Accessories & Footwear; Appliance Manufacturing; Building Products & Furnishings; E-commerce; Household & Personal Products; Multiline and Specialty Retailers & Distributors; Toys & Sporting Goods.</i>

Setores	Indústrias
<i>Extractives & Minerals Processing</i>	<i>Coal Operations; Construction Materials; Iron & Steel Producers; Metals & Mining; Oil & Gas - Exploration & Production; Oil & Gas - Midstream; Oil & Gas - Refining & Marketing; Oil & Gas Services.</i>
<i>Financials</i>	<i>Asset Management & Custody Activities; Commercial Banks; Consumer Finance; Insurance; Investment Banking & Brokerage; Mortgage Finance; Security & Commodity Exchanges.</i>
<i>Food & Beverage</i>	<i>Agricultural Products; Alcoholic Beverages; Food Retailers & Distributors; Meat, Poultry & Dairy; Non-Alcoholic Beverages; Processed Foods; Restaurants; Tobacco.</i>
<i>Health Care</i>	<i>Biotechnology & Pharmaceuticals; Drug Retailers; Health Care Delivery; Health Care Distributors; Managed Care; Medical Equipment & Supplies.</i>
<i>Infrastructure</i>	<i>Electric Utilities & Power Generators; Engineering & Construction Services; Gas Utilities & Distributors; Home Builders; Real Estate; Real Estate Services; Waste Management; Water Utilities & Services.</i>
<i>Renewable Resources & Alternative Energy</i>	<i>Biofuels; Forestry Management; Fuel Cells & Industrial Batteries; Pulp & Paper Products; Solar Technology & Project Developers; Wind Technology & Project Developers.</i>
<i>Resource Transformation</i>	<i>Aerospace & Defence; Chemicals; Containers & Packaging; Electrical & Electronic Equipment; Industrial Machinery & Goods.</i>
<i>Services</i>	<i>Advertising & Marketing; Casinos & Gaming; Education; Hotels & Lodging; Leisure Facilities; Media & Entertainment; Professional & Commercial Services.</i>
<i>Technology & Communications</i>	<i>Electronic Manufacturing Services & Original Design Manufacturing; Hardware; Internet Media & Services; Semiconductors; Software & IT Services; Telecommunication Services.</i>
<i>Transportation</i>	<i>Air Freight & Logistics; Airlines; Auto Parts; Automobiles; Car Rental & Leasing; Cruise Lines; Marine Transportation; Rail Transportation; Road Transportation.</i>

Fonte IFRS Foundation (2024)

Embora as normas SASB sejam adotadas globalmente, a maior concentração de empresas que reportam de acordo com estas encontra-se nos EUA (Schooley & English, 2015). De acordo com a KPMG (2023b), apenas 35% das empresas listadas no índice N100 adotaram estas normas no ano de 2022.

As normas SASB servem como uma orientação para a aplicação da IFRS S1. Estas normas auxiliam as empresas na identificação e divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade, permitindo que as entidades que elaboram relatórios de acordo com essas normas atendam às necessidades imediatas dos investidores (IFRS Foundation, 2023). Essas necessidades incluem o acesso a dados comparáveis e padronizados, essenciais para decisões de investimento, análise de crédito e gestão de riscos setoriais (Sustainability, 2024). As normas SASB fornecem informações relevantes que podem influenciar os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento e o custo de capital das empresas (IFRS Foundation, 2024).

A partir de agosto de 2022 as normas SASB passaram a ser mantidas e aprimoradas pelo ISSB, situação que se verificou após a fusão do SASB com o IIRC na *Value Reporting Foundation* (VRF) e subsequente consolidação na *IFRS Foundation* em 2022. Esta fusão tem fortalecido a adoção das normas por parte das empresas (IFRS Foundation, 2023).

Conforme mencionado por Faber (2023), Presidente do ISSB, durante uma sessão de conferência, as normas do ISSB foram desenvolvidas para auxiliar as empresas na apresentação de práticas de sustentabilidade de uma forma sólida e comparável. Ressaltou também que o ISSB colabora ativamente com o mercado, de modo a garantir a divulgação de informações relevantes para as decisões de investimento. O ISSB iniciou uma fase de aprimoramentos nas normas do SASB e em junho de 2023, emitiu as suas primeiras normas de relato da sustentabilidade, as IFRS S1 e IFRS S2. Estas baseiam-se nas normas SASB, no IIRC, na estrutura do *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) e incorporam as recomendações da TCFD (IFRS Foundation, 2023).

Em dezembro de 2023, o ISSB anunciou modificações nas normas SASB com o intuito de simplificar a aplicação das IFRS S1 (Grant Thornton, 2024). Após uma revisão pública das propostas de alteração e consideração dos comentários dos *stakeholders*, cerca de 200 métricas foram ajustadas para melhor se enquadrarem ao contexto internacional. Essas adaptações têm como principal objetivo aumentar a comparabilidade e reduzir os custos associados à implementação, mantendo a integridade dos conceitos subjacentes. Estas atualizações representam a conclusão da primeira fase de revisão das normas realizada pelo ISSB. As

organizações que já adotam as normas SASB, apesar das atualizações, podem continuar a divulgar sem grandes mudanças (IFRS Foundation, 2023). As alterações entrarão em vigor para as empresas com períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Este período de transição visa fornecer tempo adicional para os utilizadores se familiarizarem com as revisões (Deloitte, 2023; Grant Thornton, 2024).

O SASB dispõe de um mapa de materialidade, que consiste numa ferramenta interativa que identifica e compara os tópicos ESG, de acordo com as 77 indústrias e setores do SASB. Esse mapa é constituído por 26 questões gerais de sustentabilidade, as GIC (Quadro 2.2) com o objetivo de ajudar os investidores e os *stakeholders* a entender os aspetos de sustentabilidade que são mais relevantes para o desempenho financeiro em cada setor e indústria (IFRS Foundation, 2024; Sinai, 2021; Khan, Serafeim & Yoon, 2016). As GIC estão agrupadas em cinco dimensões: Ambiente; Capital Social; Capital Humano; Modelo de Negócio e Inovação e Liderança e Governo. O mapeamento de acordo com o setor e indústria identifica a probabilidade de uma questão ser material para as empresas. Esta ferramenta é relevante tanto para as empresas identificarem os principais tópicos de sustentabilidade a serem reportados de acordo com seu setor, como para os investidores, que podem utilizá-lo para avaliar a exposição das empresas a diferentes riscos de sustentabilidade e tomar decisões de investimento mais informadas (IFRS Foundation, 2024; Patel, 2021).

Quadro 2.2 GIC do SASB

Dimensão	GIC
Ambiente	Emissões de GEE
	Qualidade do Ar
	Gestão de Energia
	Gestão de Água e Águas Residuais
	Gestão de Resíduos e Materiais Perigosos
	Impactos Ecológicos
Capital Social	Direitos Humanos e Relações com a Comunidade
	Privacidade do Cliente
	Segurança de Dados

Dimensão	GIC
	Acesso e Acessibilidade
	Qualidade e Segurança do Produto
	Bem-Estar do Cliente
	Práticas de Venda e Rotulagem de Produtos
	Práticas Laborais
Capital Humano	Saúde e Segurança dos Funcionários
	Envolvimento, Diversidade e Inclusão dos Funcionários
	Desenho de Produto e Gestão do Ciclo de Vida
	Resiliência do Modelo de Negócio
Modelo de Negócio e Inovação	Gestão da Cadeia de Abastecimento
	Aquisição e Eficiência de Materiais
	Impactos Físicos das Alterações Climáticas
	Ética Empresarial
	Comportamento Competitivo
Liderança e Governo	Gestão do Ambiente Legal e Regulatório
	Gestão de Risco de Incidentes Críticos
	Gestão de Riscos Sistêmicos

Fonte IFRS Foundation (2024)

No setor específico do setor HC-BP a ferramenta identifica as GIC potencialmente relevantes, sendo 8 de um total de 26 (no Quadro 2.3 encontram-se destacadas a negrito). Essas categorias incluem, na dimensão Capital Social: Direitos Humanos e Relações com a Comunidade; Acesso e Acessibilidade; Qualidade e Segurança do Produto; Bem-Estar do Cliente; e Práticas de Venda e Rotulagem de Produtos; na dimensão Capital Humano: Envolvimento; Diversidade e Inclusão dos Funcionários; na dimensão Modelo de Negócio e Inovação: Gestão da Cadeia de Abastecimento; e por fim, na dimensão Liderança e Governança: Ética Empresarial.

Quadro 2.3 Matriz de materialidade para a indústria *Biotechnology & Pharmaceuticals*

Ambiente	Capital Social	Capital Humano	Modelo de Negócio e Inovação	Liderança e Governo
Emissões de GEE	Direitos Humanos e Relações com a Comunidade	Práticas Laborais	Desenho de Produto e Gestão do Ciclo de Vida	Ética Empresarial
Qualidade do Ar	Privacidade do Cliente	Saúde e Segurança dos Funcionários	Resiliência do Modelo de Negócio	Comportamento Competitivo
Gestão de Energia	Segurança de Dados	Envolvimento, Diversidade e Inclusão dos Funcionários	Gestão da Cadeia de Abastecimento	Gestão do Ambiente Legal e Regulatório
Gestão de Água e Águas Residuais	Acesso e Acessibilidade		Aquisição e Eficiência de Materiais	Gestão de Risco de Incidentes Críticos
Gestão de Resíduos e Materiais Perigosos	Qualidade e Segurança do Produto		Impactos Físicos das Alterações Climáticas	Gestão de Riscos Sistêmicos
Impactos Ecológicos	Bem-Estar do Cliente Práticas de Venda e Rotulagem de Produtos			

Fonte IFRS Foundation (2024)

O SASB disponibiliza a relação entre as GIC e os tópicos de divulgação específicos da indústria de *Biotechnology & Pharmaceuticals*. Essa correspondência pode ser encontrada no Quadro 2.4.

Quadro 2.4 GIC para o setor HC-BP

GIC (HC-BP)	Tópico SASB (HC-BP)
Direitos Humanos e Relações com a Comunidade	Segurança dos participantes em ensaios clínicos
Acesso e Acessibilidade	Acesso a medicamentos
	Acessibilidade e Preços
Qualidade e Segurança do Produto	Segurança de Medicamentos

GIC (HC-BP)	Tópico SASB (HC-BP)
Bem-Estar do Cliente	Medicamentos Falsificados
Práticas de Venda e Rotulagem de Produtos	Marketing Ético
Envolvimento, Diversidade e Inclusão dos Funcionários	Recrutamento, Desenvolvimento e Retenção de Funcionários
Gestão da Cadeia de Abastecimento	Gestão da Cadeia de Abastecimento
Ética Empresarial	Ética Empresarial

Fonte IFRS Foundation (2024)

Os estudos apresentados no próximo capítulo demonstram a importância da adoção das normas SASB, beneficiando tanto as empresas que as implementam quanto os investidores e outros *stakeholders* que utilizam essas informações. Esses estudos evidenciam como as normas SASB aprimoram a transparência e promovem a criação de valor a longo prazo.

2.3.2 Estudos ao relato realizado com as normas SASB

De acordo com o relatório da Russell 1000 (2020), que engloba as 1.000 maiores empresas cotadas em bolsa nos Estados Unidos, tem-se verificado uma crescente pressão por parte dos investidores para que as empresas adotem as normas SASB nos seus relatórios. Essa pressão reflete a importância crescente da transparência e da sustentabilidade nas práticas empresariais. Segundo Anderson (2023), as empresas que optam por aderir às diretrizes da SASB estarão mais bem posicionadas para atender aos requisitos de relatórios definidos pelas normas de divulgação de sustentabilidade do IFRS. Esta adesão não só facilita o cumprimento das normas regulatórias, mas também reforça a confiança dos investidores e fortalece a reputação das empresas no mercado.

A IFRS Foundation (2023) disponibiliza estudos de caso de várias empresas que divulgam os seus relatórios em conformidade com as normas SASB. Estes estudos têm como objetivo demonstrar as vantagens e benefícios da adoção dessas normas, segundo a perspectiva das próprias empresas. Algumas dessas empresas são a DS Smith, Schnitzer Steel Industries, a NRG Energy e a Verizon.

A DS Smith é uma empresa multinacional britânica, líder em soluções sustentáveis de embalagens, produtos de papel e serviços de reciclagem, cotada na Bolsa de Valores de Londres e parte do índice FTSE 100. Fisher (2021), diretor de relações com investidores da empresa, sublinha que para a DS Smith, é essencial comunicar a proposta de valor de forma eficaz aos

investidores, e as normas SASB são fundamentais neste processo. Por outro lado, Bradley (2021), gestor de relatórios de sustentabilidade da DS Smith, explica que a empresa adota as normas GRI e as SASB, e que, enquanto as primeiras ajudam a atender às necessidades das partes interessadas no geral, as segundas, devido à sua natureza específica setorial e o foco na materialidade financeira, ajudam a comunicar as métricas direcionadas aos investidores, e, sendo a empresa cotada em Bolsa, é crucial esta comunicação, por forma a maximizar o reconhecimento do desempenho da empresa. Este estudo de caso exemplifica como a DS Smith utiliza as normas SASB para fortalecer a comunicação com os investidores e promover transparência e responsabilidade em sustentabilidade e desempenho financeiro.

A Schnitzer Steel Industries, uma das maiores fabricantes e exportadoras de produtos de metal reciclado na América do Norte, passou a reportar de acordo com as normas SASB em 2019 (SASB, 2021). Segundo Ellsworth (2021), diretor de sustentabilidade da empresa, as normas SASB destacam-se em relação a outras, como as GRI, *Carbon Disclosure Project* (CDP) e TCFD, por oferecerem informações específicas, de alta qualidade e de fácil acesso, que correspondem melhor às expectativas de investidores e outras partes interessadas, além de facilitarem a comparabilidade entre indústrias.

A NRG Energy, localizada em diversas regiões como Princeton, Nova Jersey, Houston e Texas, adotou as normas SASB nos seus relatórios de sustentabilidade em 2016. A empresa viu nessa adoção uma oportunidade para melhorar a qualidade dos relatórios e intensificar o compromisso com a sustentabilidade, especialmente em resposta às crescentes questões dos investidores sobre a abordagem da empresa em relação aos fatores ESG (Peacock, 2018). Desde então, a divulgação tornou-se mais precisa e relevante, resultando em *feedback* positivo (SASB, 2018).

Sasfai (2020), *Senior Vice President, Corporate Governance & Chief ESG Officer* da Verizon, afirmou que a empresa começou a apresentar a divulgação de acordo com as normas SASB nos seus relatórios ESG em 2019, motivada pelo *feedback* dos investidores que pediam uma divulgação mais transparente e padronizada. Sasfai (2020) afirma que as normas ajudaram a Verizon a melhorar as suas divulgações através das métricas setoriais, permitindo reforçar o valor a longo prazo para os investidores.

Os estudos de caso acima referidos demonstram como as normas SASB podem melhorar a transparência e otimizar as práticas de divulgação de sustentabilidade. As empresas mencionadas concluíram que a adoção das normas resultou em informações mais consistentes, comparáveis e financeiramente relevantes, facilitando a análise e a tomada de decisões. Assim, conseguiram

responder de forma mais eficaz às expectativas dos investidores, reforçando a integração dos fatores ESG nas suas avaliações e decisões de investimento.

A literatura acadêmica inclui alguns estudos que analisam a divulgação de informações não financeiras de acordo com as normas SASB. Estes estudos demonstram a utilidade dessas divulgações para as empresas, promovendo maior transparência e responsabilidade, e para os *stakeholders*, que utilizam essas informações para avaliar o desempenho e a sustentabilidade das organizações. São exemplos desses estudos o de Braune (2021), Busco *et al.* (2020), Carvajal e Nadeem (2022), Constantinescu (2021), Gunawan e Susilo (2021), Henrique *et al.* (2024), Morell (2022), Rodriguez *et al.* (2017) e Xie *et al.* (2023).

Braune (2021) realizou um estudo que teve como objetivo analisar a qualidade das informações sociais divulgadas por empresas da indústria *oil and gas* que adotam as normas SASB. Com base em quatro *supermajors* (Royal Dutch Shell, a BP plc, a TotalEnergies e a Chevron), as conclusões do estudo revelaram que o grau de comparabilidade é baixo (média de 48% de comparabilidade), o que representa um desafio para os investidores que procuram incorporar informações não financeiras nas suas decisões de investimento.

Busco *et al.* (2020) avaliaram a qualidade dos relatórios de sustentabilidade de 91 empresas que adotaram as normas SASB nos EUA, UE e outros continentes. A amostra foi predominantemente representada pelos EUA (mais de 70%), sendo que a Europa apresentou apenas 7,9% das empresas analisadas. As conclusões principais mostraram que, apesar do número reduzido de empresas a utilizar estas normas, a qualidade dos relatórios é de boa a muito boa, o que reflete um forte compromisso com a transparência e a relevância financeira dos fatores ESG. As empresas relataram de forma abrangente os tópicos de divulgação, demonstrando que as normas SASB são aplicáveis e eficazes em várias indústrias. Relativamente aos setores analisados, o que apresentou um maior número de empresas foi o de Infraestrutura, com 21 empresas, representando 23,6% da amostra. Em contrapartida, o setor de *Health Care* teve o menor número de empresas analisadas, com apenas uma empresa, o que corresponde a 1,1% da amostra.

Carvajal e Nadeem (2022) procuraram analisar a relação entre os relatórios de sustentabilidade e o desempenho de 84 empresas na Nova Zelândia, durante o período entre 2017 e 2019. O foco esteve no conceito de “materialidade” dos relatórios de sustentabilidade, conforme definido pelas normas SASB. O objetivo foi perceber se as empresas que apresentaram estes relatórios tiveram um desempenho superior comparativamente às que não o fizeram. Os resultados mostram uma relação positiva entre a divulgação de informações de sustentabilidade

financeiramente materiais e o desempenho financeiro, especialmente em relação ao *Return on Assets* (ROA) e *Return on Equity* (ROE). Os autores concluem que a adoção das normas SASB melhora a transparência e a qualidade das informações divulgadas, sublinhando a importância de dados comparáveis e mensuráveis para impulsionar o desempenho financeiro. Esta abordagem facilita a análise por parte dos investidores e fortalece a integração dos fatores ESG nas decisões de investimento.

Constantinescu (2021) investigou o impacto da divulgação de sustentabilidade sobre o valor das empresas nos setores de energia e saúde na Europa. Foram analisadas 61 empresas de diferentes categorias da indústria da energia e 45 empresas da indústria da saúde. Identificou-se uma relação negativa significativa entre a divulgação ambiental e o valor das empresas no setor de energia, porém não foi possível verificar evidências significativas dessa relação no setor de saúde. Também se concluiu que a indústria de saúde parece ser menos propensa à influência da divulgação de sustentabilidade no valor das empresas do que a indústria de energia.

Gunawan e Susilo (2021), exploraram a influência da divulgação de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), conforme as normas SASB, nas indústrias de bens de consumo de empresas listadas na Bolsa de Valores da Indonésia. A amostra foi composta por 120 relatórios de sustentabilidade de 24 empresas entre 2014 e 2018. As conclusões demonstraram que a divulgação de acordo com as normas SASB não demonstram ter um impacto significativo na reputação empresarial das empresas de bens de consumo. No entanto, observou-se uma influência positiva e significativa nas ações dessas empresas. O estudo ressaltou algumas limitações, como a heterogeneidade nas fontes de relatórios de sustentabilidade e compreensão limitadas das normas SASB pelas empresas. Ainda assim, enfatizou a crescente importância dessas normas como uma ferramenta crucial para avaliar o desempenho social e ambiental no setor de bens de consumo.

Henrique *et al.* (2024) avaliaram a conformidade da Statkraft Brasil, uma empresa do setor elétrico, com as normas SASB nos seus relatórios de sustentabilidade de 2021 e 2022. A pesquisa baseou-se em dados secundários dos relatórios da empresa e utilizou um *checklist* com 8 métricas das normas SASB, que diz respeito a tópicos como emissões de GEE e qualidade do ar. Os resultados indicaram um aumento na pontuação da Statkraft, de 13,16% em 2021 para 21,05% em 2022. No entanto, a consistência das divulgações revelou-se desafiadora, uma vez que os relatórios não foram auditados. Os autores ressaltaram a relevância das normas SASB e GRI para aumentar a transparência e evitar práticas de *socialwashing* e *greenwashing*. Embora tenham observado avanços na empresa, concluíram que ainda existem áreas que requerem melhorias

Morell (2022) investigou a eficácia das normas da SASB na abordagem da materialidade financeira e da sustentabilidade no setor da cadeia de fornecimento de cuidados de saúde, abrangendo indústrias como *Biotechnology & Pharmaceuticals, Drug Retailers, Health Care Distributors e Medical Equipment & Supplies*. O autor concluiu que as normas da SASB são eficazes na identificação de questões de materialidade financeira e sustentabilidade, contribuindo diretamente para o desempenho financeiro e a criação de valor a longo prazo nessas indústrias. No entanto, destacou uma lacuna no tratamento das responsabilidades filantrópicas dentro da RSE. Morell (2022) também observou a existência de pouca clareza entre as normas da SASB e o ESG, porém, previu que essa conexão será fortalecida nos próximos anos, impulsionada pela colaboração da SASB com organizações como a GRI e pela fusão com a IIRC.

Rodriguez, Cotran e Stewart (2017) analisaram dados de um estudo realizado pelo SASB, de modo a avaliar a quantidade e qualidade das divulgações dos tópicos materiais do SASB nos relatórios anuais das empresas (relatórios 10-K ou 20-F disponíveis) pertencentes à SEC. O estudo revelou que, apesar das empresas divulgarem uma grande quantidade de informação, a qualidade e comparabilidade entre elas é baixa. Cerca de 69% das empresas que apresentaram relatórios abordaram pelo menos três quartos dos temas definidos pelo SASB para as suas indústrias, enquanto apenas 38% cobriram todos os tópicos. Adicionalmente, a qualidade das divulgações revelou ser preocupante, com mais de metade (53%) a utilizar linguagem genérica e apenas 24% a incluir métricas. Os setores dos transportes e energia destacaram-se pela maior quantidade de informação divulgada, enquanto as empresas de maior dimensão apresentaram uma melhor qualidade nas suas divulgações.

Xie *et al.* (2023) analisaram a relação entre a materialidade financeira e o desempenho ambiental empresarial, utilizando as métricas do SASB. O estudo avaliou as informações ambientais divulgadas voluntariamente por empresas dos EUA entre 2011 e 2020, com o objetivo de avaliar se a integração das métricas do SASB permitia captar riscos ambientais relevantes para os investidores. Os resultados indicaram que empresas com uma gestão ambiental ineficaz eram vistas como mais arriscadas, levando os investidores a exigir uma compensação por essa exposição. O estudo concluiu que a materialidade financeira é uma ferramenta eficaz para identificar riscos ambientais nas avaliações ESG, e propôs melhorias na contabilidade ambiental ao integrar essas métricas, por forma a promover uma comunicação mais eficiente entre as partes interessadas.

A análise dos estudos mencionados mostra que a adoção das normas SASB na divulgação de sustentabilidade não só melhora a transparência e qualidade das informações, como também

pode ser um forte impulsionador para o cumprimento dos ODS. Ao integrar práticas ESG nos relatórios, as empresas podem contribuir significativamente para atingir metas globais. No próximo capítulo, será discutida a relação entre os ODS e as normas SASB por forma a constatar essa conexão.

2.4 Os ODS e o relato pelas normas SASB

Os ODS são compostos por 17 objetivos que fazem parte da Agenda 2030, onde são abordadas várias dimensões de desenvolvimento sustentável (a nível social, económico e ambiental). Estabelecidos pela ONU, têm como propósito promover caminhos mais sustentáveis e resilientes no mundo (Caiado *et al.*, 2018). Os 17 ODS, conforme definidos pela Unesco (2023), são:

- 1 Erradicar a pobreza;
- 2 Erradicar a fome;
- 3 Saúde de qualidade;
- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género;
- 6 Água potável e saneamento;
- 7 Energias renováveis e acessíveis;
- 8 Trabalho digno e crescimento económico;
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas;
- 10 Reduzir as desigualdades;
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 Produção e consumo sustentáveis;
- 13 Ação climática;
- 14 Proteger a vida marinha;
- 15 Proteger a vida terrestre;
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos (Unesco, 2023).

As grandes empresas, em particular, devem desempenhar um papel ativo na realização desses objetivos, liderando a adoção de boas práticas empresariais que possam ser seguidas por outras organizações (Rosati & Faria, 2019a, 2019b). É enfatizada a necessidade de criar e implementar modelos de negócios sustentáveis, integrando os ODS nas estratégias empresariais (Bebbington

& Unerman, 2018). O envolvimento e a comunicação dos ODS, são uma área de investigação em ascensão (Tsalis *et al.*, 2020).

As normas SASB identificam aspetos de ESG importantes em setores específicos, alguns dos quais estão diretamente relacionados a determinados ODS (Guillot, 2020; WBCSD, 2023). Uma vez que os ODS se direcionam para várias partes interessadas e as normas SASB focam-se nos investidores, a análise de acordo com estes dois permite que as empresas sejam relevantes em ambas as vertentes. Para além disso, o sucesso de certos setores é crucial no alcance dos ODS, sendo que os setores como o da saúde, consumo, recursos não renováveis e transformação de recursos têm um impacto mais significativo nos ODS, enquanto o setor financeiro apesar de representar um impacto menor, pode desempenhar um papel importante ao financiar projetos alinhados com os ODS (Betti, Consolandi & Eccles, 2018).

De acordo com Schmidt (2023), a integração das SASB e os ODS pode fornecer uma ferramenta valiosa que permite focar em questões ambientais e sociais pertinentes destes objetivos por setor. Segundo Consolandi *et al.* (2020), examinar as questões que o SASB considera como não financeiramente relevantes ao nível da indústria e relacioná-las aos ODS, pode ajudar a identificar áreas em que uma empresa tem uma influência limitada (por exemplo, devido à natureza dos seus produtos ou atividades) ou onde o problema não é uma prioridade para o negócio devido à falta de incentivos ou desincentivos financeiros associados.

Nelson e Ingram (2023) afirmam que o setor privado tem um papel fundamental no alcance dos ODS. Iwami (2023) avalia em que medida as empresas privadas, direcionado para o setor de bens de consumo, têm contribuído para os ODS e a necessidade de intervenções por parte do setor público, destacando a importância da padronização e transparência dos dados de modo a evitar distorções na avaliação dos fatores ESG e a sua relação com os ODS. Os resultados salientam que é evidente a falta de reconhecimento e ação do setor privado em relação aos seus compromissos com questões sociais e ambientais relevantes, revelando a existência de uma conexão fraca entre os indicadores ODS e ESG no setor de bens de consumo.

De acordo com Gambetta (2021), a Blackrock destaca que os ODS representam um *framework* global para objetivos sociais e ambientais, que conecta o desempenho financeiro ao sustentável. Mapear os indicadores dos ODS para as métricas do SASB pode ajudar os acionistas a compreender a relevância desses objetivos, priorizando a criação de valor dos ODS e a alocação de capital para metas de desenvolvimento específicas. A gestora constatou uma sobreposição significativa entre os indicadores da SASB e os ODS (cerca de 70%), especialmente em setores

como a indústria de extração. Porém, para a indústria de bens de consumo, a relevância das informações ESG estava menos alinhada com os ODS (Iwami, 2023).

A Bain & Co. (2021) revelou que marcas com forte valor ambiental e social geram significativamente maior crescimento de receita. No entanto, há uma falta de alinhamento entre as métricas ESG do SASB no setor de bens de consumo e os ODS, representando uma oportunidade perdida para as empresas identificarem riscos a longo prazo e agregarem valor.

Betti *et al.* (2018) analisaram a relação entre as 30 questões ESG definidas pelo SASB, agrupadas em categorias como ambiente, capital social, capital humano, modelo de negócio e inovação, e liderança e governo, e as metas dos ODS. Os autores concluíram que o foco em questões ESG materiais pode melhorar o desempenho financeiro das empresas, como também o seu impacto nos ODS, tendo sido observadas variações significativas entre diferentes setores e objetivos específicos. O setor da saúde, seguido pelos setores de consumo, recursos não renováveis e transformação de recursos, demonstrou ter o maior impacto nos ODS. Não obstante, Betti *et al.* (2018) apontam limitações na forma como as conexões entre as questões ESG e os ODS são habitualmente tratadas, sugerindo que estas relações não devem ser vistas como binárias, mas sim avaliadas numa escala contínua, utilizando a teoria de conjuntos difusos para obter uma compreensão mais precisa da relevância variável de cada questão para os ODS específicos.

Consolandi *et al.* (2020), investigam a relação entre as questões ESG e os ODS, com um enfoque particular no setor *Health care* e na sua contribuição para o ODS 3: Saúde de qualidade. No estudo foram utilizadas as métricas do SASB e dados da Truvalue Labs. Os autores concluíram que as empresas do setor da saúde podem ter um impacto significativo nos ODS, desde que as suas práticas ESG, que são materialmente relevantes, estejam alinhadas com objetivos específicos dos ODS. Ao analisar o desempenho em questões materiais de ESG, observaram que todas as indústrias do setor apresentam, em média, resultados positivos. No entanto, identificaram lacunas que requerem a intervenção do setor público ou o envolvimento dos investidores para um alcance mais eficaz dos ODS. A indústria *Biotechnology & Pharmaceuticals* destacou-se como a única em que a maioria das questões SASB que afetam os ODS se revelaram materiais. Isso sugere que esta indústria pode ter um impacto significativo nos ODS, especialmente devido à sua natureza industrial, que a torna mais propensa a influenciar diversas metas.

Apesar dos estudos mencionados, a literatura que investiga a relação entre a divulgação de informações setoriais, especialmente no contexto das normas SASB, e o cumprimento dos ODS, ainda é escassa. Embora o interesse pelos ODS e pelas práticas empresariais sustentáveis

esteja a aumentar, poucos estudos (Betti *et al.*, 2018; Consolandi *et al.*, 2020; Iwami, 2023) analisam em profundidade como a adoção dessas normas pode efetivamente impulsionar o progresso em direção a esses objetivos. Essa lacuna sublinha a importância de novos estudos que possam fornecer uma compreensão mais precisa e esclarecedora dessa inter-relação.

3. Metodologia

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia adotada nesta dissertação. A estrutura divide-se em quatro partes principais. A primeira aborda a questão de investigação, os objetivos e o objeto de estudo. A segunda trata da descrição da população e a amostra utilizadas, bem como os critérios de seleção e as fontes de recolha de dados. A terceira apresenta as variáveis, e por último, a quarta dedica-se à explicação das técnicas estatísticas e métodos de análise de dados que serão aplicados para a análise.

3.1 Questão de investigação, objeto e objetivos

A integração do relato não financeiro com os ODS, de acordo com normas desenvolvidas pelo SASB, tornou-se uma temática de pesquisa e investigação (Guillot, 2020). No entanto, apesar dessa identificação, a literatura parece apresentar ainda uma lacuna na compreensão prática de como as empresas integram o relato não financeiro de acordo com as normas SASB e as metas de desenvolvimento sustentável, nos seus processos de divulgação de informação (Consolandi *et al.*, 2020). Essa integração, além de aumentar a transparência, conecta os esforços empresariais em prol dos ODS com os interesses financeiros dos investidores, criando uma sinergia entre sustentabilidade e resultados financeiros. Dessa forma, a adoção das normas SASB favorece tanto a responsabilidade social quanto as expectativas do mercado (Consolandi *et al.*, 2020).

Assim, a questão de investigação (QI) que se coloca é a seguinte:

QI: “As empresas, do setor HC-BP, que estão a realizar o seu relato não financeiro de acordo com as normas SASB, alcançam metas definidas pelos ODS?”

Com o objetivo de responder à questão de investigação, surgem algumas questões de investigação derivadas (QID):

QID1: Qual o nível de divulgação do relato não financeiro no setor HC-BP realizado de acordo com as normas SASB?

QID2: Qual a possível relação entre as métricas de divulgação das normas SASB para o setor HC-BP e as metas dos ODS?

QID3: Qual a relação entre o nível de divulgação do relato não financeiro, realizado de acordo com as normas SASB, para o setor HC-BP com as metas definidas nos ODS?

O objeto deste estudo é o relato não financeiro de acordo com as normas SASB, considerando as empresas da UE e dos EUA no setor *Health Care* e na indústria de *Biotechnology & Pharmaceuticals*, por ser a indústria dentro do setor e de acordo com o SASB, em que se verifica o maior número de empresas. O objetivo é analisar este relato à luz do preconizado pelas normas SASB e a identificação que esta divulgação tem no alcance dos ODS. Como tal, é importante delinear objetivos específicos (OE), que são os seguintes:

OE1: Analisar o relato não financeiro das empresas da UE e dos EUA no setor HC-BP realizado de acordo com as normas SASB;

OE2: Apresentar uma matriz de relação entre as métricas de divulgação das normas SASB para o setor HC-BP e as metas dos ODS;

OE3: Relacionar o relato não financeiro das empresas da UE e dos EUA no setor HC-BP realizado de acordo com as normas SASB com as metas definidas nos ODS.

3.2 População e Amostra

Este estudo foca-se na análise de relatórios de sustentabilidade e conformidade com as métricas do SASB especificamente para o setor HC-BP. As divulgações requeridas pelas normas SASB são adequadas e específicas ao setor, pelo que para análise do nível de divulgação houve, em primeiro que optar pelo setor em análise. Por um lado, verifica-se na literatura, com Busco *et al.* (2020), a representação dos 11 setores definidos pelo SASB e 37 das 77 indústrias, em que o setor *Health Care* foi um dos menos representados, com apenas uma empresa analisada; por outro lado, Consolandi *et al.* (2020) incide especificamente no setor *Health Care* mas não analisa a informação reportada pelas próprias entidades nos relatórios, mas sim uma base de dados.

Deste modo, foi feita uma pesquisa no *site* do SASB uma vez que contém listagens das empresas que relatam de acordo com aquele normativo. Após seleção do setor *Health Care*, foram analisados os relatórios com informações disponíveis para o ano de 2022, por ser o mais recente disponível e completo dentro do setor e indústria selecionados. Posteriormente foram selecionadas as empresas da UE, por não se ter verificado nenhum estudo a empresas desta região, e empresas dos EUA, por se ter verificado existência de alguns estudos com esta população (Busco *et al.*, 2020; Consolandi *et al.*, 2020).

Através dos filtros aplicados, relativamente a empresas da UE foram listadas 17 empresas representadas por três indústrias do setor, nomeadamente *Biotechnology & Pharmaceuticals*, *Health Care Delivery*, *Medical Equipment & Supplies*. O setor *Health Care* é composto pelas indústrias

Biotechnology & Pharmaceuticals, Drug Retailers, Health Care Delivery, Health Care Distributors, Managed Care, Medical Equipment & Supplies (IFRS Foundation, 2023). Foi escolhida para a amostra a indústria *Biotechnology & Pharmaceuticals* por apresentar maior representatividade de empresas no *site* do SASB, nomeadamente 12 das 17 empresas (71%).

As empresas representativas dessa indústria são: Bayer AG, BioNTech SE, Endo International PLC, Evotec SE, Grifols SA, ICON PLC, Merck KGaA, Novo Nordisk A/S, Perrigo Co PLC, Sanofi, UCB Pharma GmbH e UCB SA. Destas, 4 foram excluídas devido à falta de informações, resultando numa amostra final de 8 empresas, ou seja, 67% das inicialmente definidas. As empresas excluídas e os motivos para a exclusão são os seguintes:

- Evotec SE: apesar de constar na listagem do *site* do SASB como sendo entidade relatora de acordo com as ditas normas, o relatório no *site* do SASB não estava disponível. Através de um outro *website*, foi possível recolher outro relatório voluntário, contudo, este seguia as normas GRI, com uma coluna para métricas SASB que mencionava apenas três métricas (*HC-BP-510a.1*, *HC-BP-330a.1*, *HC-BP-510a.2*), sem correspondência clara com as métricas SASB solicitadas.
- Perrigo Co PLC: apesar de constar na listagem do *site* do SASB como sendo entidade relatora de acordo com as ditas normas, o relatório não estava acessível. Através de um outro *website* foi encontrado um relatório de 2022 que relatava métricas do SASB, mas para outro setor (*Household and Personal Products*).
- UCB SA: apesar de constar na listagem do *site* do SASB como sendo entidade relatora de acordo com as ditas normas, o relatório não estava acessível. A pesquisa noutras fontes revelou um relatório idêntico ao de outra empresa da amostra, a UCB Pharma GmbH.
- Novo Nordisk A/S: O *site* do SASB redirecionou para um SASB *Index* atualizado a fevereiro de 2022. Em outras fontes foi recolhido um relatório anual que mencionava a adoção das normas SASB, mas sem fornecer qualquer divulgação relacionada com as métricas requeridas.

Para as empresas dos EUA, aplicaram-se os mesmos parâmetros no *site* do SASB para o período de 2022, ou que dissessem “2022-2023”, resultando em relatórios de 35 empresas. Para as restantes empresas, cujo período de relato apresentava o ano de 2023, foi feita uma pesquisa nos respetivos *sites* para verificar a disponibilidade dos relatos de 2022, sendo que apenas três das nove foram encontradas, e, portanto, incluídas na amostra final.

Das empresas que disponibilizaram os relatórios para 2022, 33 foram analisadas, das quais 8 foram excluídas por não cumprirem os parâmetros necessários para a análise. Deste modo, a análise das empresas dos EUA ficou reduzida para 27. Destes 27 relatórios, 20 foram disponibilizados pelo SASB, 4 nas páginas das empresas (porque no *site* do SASB, apesar de ser para 2022, tinha remetido para “página não encontrada” e 3 nos *sites* das empresas (no SASB apenas disponibilizados para 2023, mas encontrados para 2022).

As empresas dos EUA analisadas são: AbbVie Inc, Alnylam Pharmaceuticals Inc, Amgen Inc, Amneal Pharmaceuticals Inc, Biogen Inc, Blueprint Medicines Corp, Bristol-Myers Squibb Co, Cytokinetics Inc, Deciphera Pharmaceuticals Inc, Elanco Animal Health Inc, Emergent BioSolutions Inc, Gilead Sciences Inc, Immuneering Corp, Ionis Pharmaceuticals Inc, IQVIA Holdings Inc, Jazz Pharmaceuticals PLC, Maravai LifeSciences Holdings Inc, Organon & Co, Pfizer Inc, Regeneron Pharmaceuticals Inc, Ultragenyx Pharmaceutical Inc, Vertex Pharmaceuticals Inc, Viatrix Inc, Zoetis Inc.

Tal como para as entidades europeias, apresenta-se de seguida as empresas dos EUA e justificações pela exclusão da amostra:

- Arcutis Biotherapeutics Inc, Recursion Pharmaceuticals Inc, Revance Therapeutics Inc, e Seagen Inc: erros apresentados nos *sites* que impediram o acesso aos relatórios, e não foi possível encontrá-los por outras fontes.
- Catalent Inc, Eli Lilly & Co, Guardant Health Inc, Johnson & Johnson, Moderna Inc, e Prestige Brands Holdings Inc: apenas os relatórios de 2023 estavam disponíveis e não foi possível encontrar os de 2022, apesar de inicialmente o SASB dizer que o período disponível seria 2022.
- Merck & Co Inc: apenas apresentou um relatório de progressos de 2021-2022, que não continha o *SASB Index* necessário para avaliar a divulgação.
- Nature's Sunshine Products Inc: divulgou métricas para a indústria *processed foods*, e não para a indústria em análise.
- Neurocrine Biosciences Inc: embora o relatório de 2022 estivesse disponível, as métricas divulgadas não correspondiam às solicitadas.
- USANA Health Sciences Inc: apesar de mencionar as normas SASB no relatório, não divulgava as métricas para a indústria em questão, respondendo inadequadamente ao solicitado.

- Royalty Pharma PLC: no relatório apresentado, explicou que não divulga as métricas uma vez que são investidores passivos, e não têm controlo operacional sobre as várias fases do desenvolvimento dos produtos farmacêuticos das terapias das quais recebem royalties.

Estas exclusões foram necessárias para garantir a conformidade e a relevância dos dados apresentados. O quadro 3.1 apresenta as empresas que compõem a amostra final deste estudo.

Quadro 3.1 Amostra do estudo

Empresa	Região
Bayer AG	UE
Merck KGaA	UE
BioNTech SE	UE
Endo International PLC	UE
Sanofi	UE
Grifols SA	UE
Icon PLC	UE
UCB Pharma GmbH	UE
AbbVie Inc	EUA
Alnylam Pharmaceuticals, Inc	EUA
Amgen Inc	EUA
Amicus Therapeutics Inc	EUA
Amneal Pharmaceuticals Inc	EUA
Biogen Inc	EUA
Blueprint Medicines Corp	EUA
Bristol-Myers Squibb Co	EUA
Cytokinetics Inc	EUA
Deciphera Pharmaceuticals Inc	EUA
Elanco Animal Health Inc	EUA
Emergent BioSolutions Inc	EUA
Gilead Sciences Inc	EUA
Immuneering Corp	EUA
Ionis Pharmaceuticals Inc	EUA
IQVIA Holdings Inc	EUA
Jazz Pharmaceuticals PLC	EUA
Maravai LifeSciences Holdings Inc	EUA

Empresa	Região
Organon & Co	EUA
Pfizer Inc	EUA
Phibro Animal Health Corp	EUA
Regeneron Pharmaceuticals Inc	EUA
Ultragenyx Pharmaceutical Inc	EUA
United Therapeutics Corp	EUA
Vertex Pharmaceuticals Inc	EUA
Viartis Inc	EUA
Zoetis Inc	EUA

3.3 Definição das variáveis

Neste subcapítulo, serão definidas as variáveis usadas no estudo. Na primeira parte será abordado o Nível de Divulgação (ND) das métricas SASB, que avalia o grau de conformidade das empresas com os requisitos de divulgação das normas SASB, através de 24 métricas. A segunda parte apresenta a relação entre essas métricas e as metas dos ODS, através de um mapeamento. Por fim, na terceira parte serão apresentadas as variáveis explicativas que serão consideradas para melhorar a precisão da análise.

3.3.1 Nível de divulgação das métricas SASB

Para apurar o nível de divulgação das métricas SASB, em primeiro, foi definido que este seria uma medida auto-formulada. Para o efeito, foi necessário verificar os requisitos para divulgação da informação de acordo com as normas SASB para o setor HC-BP.

Esses requisitos são apresentados em 9 tópicos e 22 métricas gerais, e ainda com as 2 métricas de atividade, perfazendo assim um total de 11 tópicos e 24 requisitos de divulgação, denominados nos documentos do SASB como métricas, os quais são detalhados no Quadro 3.2.

Quadro 3.2 Tópicos de divulgação para o setor HC-BP

Tópico SASB	Descrição Tópico SASB	Métrica SASB	Descrição Métrica SASB
1	Segurança dos participantes em ensaios clínicos	1.1	Discussão, por região, do processo de gestão para garantir a qualidade e a segurança dos pacientes durante ensaios clínicos
		1.2	Número de inspeções relacionadas à gestão de ensaios clínicos e farmacovigilância que resultaram em: (1) remediação voluntária ou (2) ações regulatórias ou administrativas contra a entidade
		1.3	Total de perdas financeiras devido a processos judiciais associados
2	Acesso a medicamentos	2.1	Descrição de ações e iniciativas para promover o acesso a produtos de saúde para doenças prioritárias e em países prioritários, conforme definido pelo Índice de Acesso a Medicamentos
		2.2	Lista de produtos na Lista de Medicamentos Pré-Qualificados da OMS como parte do seu Programa de Pré-Qualificação de Medicamentos (PQP).
3	Acessibilidade e Preços	3.1	Variação percentual em: (1) preço médio ponderado de lista e (2) preço médio ponderado líquido em comparação com o período anterior
		3.2	Variação percentual em: (1) preço de lista e (2) preço líquido do produto com maior aumento em comparação com o período anterior
4	Segurança de Medicamentos	4.1	Produtos listados em bases de dados públicas de segurança de produtos médicos ou alertas de eventos adversos
		4.2	Número de fatalidades associadas a produtos
		4.3	(1) Número de <i>recalls</i> emitidas (2) total de unidades recolhidas
		4.4	Quantidade total de produtos aceites para devolução, reutilização ou eliminação
		4.5	Número de ações de fiscalização em resposta a violações de boas práticas de fabrico ou padrões equivalentes, por tipo
5	Medicamentos Falsificados	5.1	Descrição de métodos e tecnologias usadas para garantir a rastreabilidade dos produtos na cadeia de fornecimento e prevenir falsificações

Tópico SASB	Descrição Tópico SASB	Métrica SASB	Descrição Métrica SASB
		5.2	Discussão do processo de alerta a clientes e parceiros comerciais sobre riscos potenciais ou conhecidos relacionados a produtos falsificados
		5.3	Número de ações que levaram a apreensões, detenções ou processos criminais relacionados com produtos falsificados
6	Marketing Ético	6.1	Total de perdas financeiras resultantes de processos judiciais associados a alegações de marketing falso
		6.2	Descrição do código de ética que regula a promoção do uso <i>off-label</i> de produtos
7	Recrutamento, Desenvolvimento e Retenção de Funcionários	7.1	Discussão sobre esforços de recrutamento e retenção de talentos para cientistas e pessoal de investigação e desenvolvimento
		7.2	Taxa de rotatividade (1) voluntária e (2) involuntária de: (a) executivos/gestores seniores, (b) gestores intermédios, (c) profissionais, e (d) outros.
8	Gestão da Cadeia de Abastecimento	8.1	Porcentagem de (1) instalações da entidade e (2) instalações de fornecedores de Nível I que participam no programa de auditoria <i>Rx-360 International Pharmaceutical Supply Chain Consortium</i> ou equivalentes para a integridade da cadeia de fornecimento
9	Ética Empresarial	9.1	Total de perdas financeiras devido a processos judiciais associados a corrupção e suborno
		9.2	Descrição do código de ética que regula as interações com profissionais de saúde
10	Atividade	10.1.	Número de pacientes tratados
11	Categoria	11.1.	Número de medicamentos (1) no portfólio e (2) em pesquisa e desenvolvimento (Fases 1-3)

Fonte IFRS Foundation (2023)

Com os 24 requisitos de divulgação constantes no Quadro 3.2, também referidos neste estudo como métricas SASB, procedeu-se à análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas pertencentes à amostra, para o período de 2022, por forma a verificar o nível de divulgação de cada uma.

Com base nas 24 métricas acima descritas, foi definida a variável referente ao ND à semelhança de outros estudos (Oliveira, 2022; Marques, 2015; Afonso, 2016; Aguiar, 2018). Para tal, para

cada um dos tópicos e métricas numerados, foram atribuídas as seguintes pontuações de valores: “0” para não conformidade ou ausência de reporte da métrica; “0,5” para resposta parcial ou incompleta, e “1” para uma resposta clara às métricas identificadas.

Assim sendo, a variável ND corresponde ao somatório das pontuações atribuídas a cada métrica SASB, e varia entre “0” para a não conformidade ou ausência de reporte e “24” correspondente à total divulgação das métricas requeridas pelo SASB.

3.3.2 Metas ODS relacionadas com as métricas SASB

Tendo como base o estudo elaborado por Consolandi *et al.* (2020), onde foram mapeadas as metas do ODS 3 e as GIC do SASB, propõe-se um mapeamento que relaciona cada um dos tópicos e métricas do SASB com metas dos ODS. Assim, para cada métrica da indústria foi realizada uma análise para determinar a sua potencial relação com as metas de cada ODS, no sentido em que divulgar uma determinada métrica significa uma ou mais metas de ODS alcançadas. Esta relação pode ser apresentada de duas formas, por um lado apresentar a métrica e indicar quais as metas dos ODS que se sugere serem alcançadas (Tabela 3.1), por outro, apresentar as metas dos ODS e indicar quais as métricas divulgadas que contribuem para o seu alcance (Tabela 3.2).

A Tabela 3.1 apresenta de seguida a relação entre as métricas do SASB para o setor HC-BP e as metas dos ODS. As descrições das métricas foram sintetizadas para facilitar a leitura e compreensão dos dados. Note-se que, por omissão de metas de ODS, é sugerido que não têm qualquer relação com as métricas do SASB para o setor HC-BP.

Tabela 3.1 Relação entre as métricas SASB para o setor HC-BP e as metas dos ODS

Métrica SASB	Descrição	Metas dos ODS
1.1.	Discussão sobre o processo de gestão por região.	3.8; 3.9; 9.5; 10.3
1.2.	Número de inspeções relacionadas a ensaios clínicos.	3.8; 3.B; 16.6;
1.3.	Perdas financeiras devido a processos judiciais.	3.8; 16.3; 16.6
2.1.	Iniciativas para promover o acesso a produtos de saúde.	1.1 ;3.3; 3.4; 3.B; 3.8; 10.2; 17.16
2.2.	Produtos na lista de medicamentos da OMS.	3.8; 1.1; 10.2; 17.16
3.1.	Variação percentual nos preços dos produtos.	3.8; 10.3; 12.6

Métrica SASB	Descrição	Metas dos ODS
3.2.	Aumento percentual no preço do produto com maior variação.	3.8; 1.1; 10.3; 12.6
4.1.	Produtos listados em alertas de segurança pública.	3.8; 12.4; 16.6; 17.16
4.2.	Número de mortes associadas aos produtos.	3.4; 3.8; 3.9; 16.6
4.3.	<i>Recalls</i> de produtos e unidades recolhidas.	3.9; 12.2; 12.4; 16.6
4.4.	Quantidade de produtos para devolução, reutilização ou eliminação	12.4; 12.5; 3.9; 11.6
4.5.	Ações de fiscalização por violações de boas práticas de fabrico.	3.8; 9.4; 16.6
5.1.	Métodos de rastreabilidade e prevenção de falsificações.	9.5; 9.A; 3.8; 16.5
5.2.	Processo de alerta sobre riscos de produtos falsificados.	9.4; 9.5; 3.8; 16.5
5.3.	Ações contra falsificações que levaram a medidas legais.	16.3; 16.4; 16.5; 3.8; 3.D
6.1.	Perdas financeiras devido a processos por marketing falso.	12.6; 12.8; 16.3; 16.6; 16.10
6.2.	Código de ética para promoção de usos não aprovados.	3.8; 12.6; 16.5
7.1.	Discussão sobre esforços de recrutamento e retenção de talentos.	8.2; 8.5; 9.5
7.2.	Taxa de rotatividade de pessoal por categoria.	8.5; 8.8; 10.2
8.1.	Participação em auditorias para a integridade da cadeia de fornecimento.	12.6; 12.7; 3.8; 9.4
9.1.	Perdas financeiras devido a corrupção e suborno.	16.5; 16.6
9.2.	Código de ética para interações com profissionais de saúde.	16.5; 16.6; 3.8; 12.6
10.1.	Total de pacientes tratados.	3.8; 3. B
11.1.	Número de medicamentos no portfólio e em fases de desenvolvimento	3.8; 9.5

A relação entre cada meta ODS e por cada métrica do SASB divulgada é sugerida na Tabela 3.2. As descrições das metas foram sintetizadas para facilitar a leitura e compreensão dos dados.

Tabela 3.2 Relação entre as metas dos ODS e métricas do SASB para o setor HC-BP

Meta ODS	Descrição	Métricas SASB
1.1	Erradicar a pobreza extrema em todas as suas formas e em todos os lugares.	2.1., 2.2., 3.2
3.3	Acabar com epidemias de doenças como SIDA, tuberculose, e malária, e combater outras doenças transmissíveis.	2.1
3.4	Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e promover a saúde mental e o bem-estar.	2.1., 4.2
3.8	Alcançar a cobertura universal de saúde, com acesso a serviços essenciais e medicamentos a preços acessíveis.	1.1., 1.2., 1.3, 2.1., 2.2., 3.1., 3.2., 4.1., 4.2., 4.5., 5.1., 5.2., 5.3., 6.2., 8.1., 9.2., 10.1., 11.1
3.9	Reduzir mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos e poluição do ar, água e solo.	1.1., 4.2., 4.3., 4.4
3.B	Apoiar o desenvolvimento de vacinas e medicamentos acessíveis para doenças transmissíveis e não transmissíveis.	1.2., 2.1., 10.1
3.D	Fortalecer a capacidade para a gestão de riscos de saúde a nível global e nacional.	5.3
8.2	Aumentar a produtividade económica através da inovação e atualização tecnológica.	7.1
8.5	Alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, com igualdade salarial.	7.1., 7.2
8.8	Proteger os direitos laborais e promover ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores.	7.2
9.4	Atualizar infraestruturas e indústrias para maior eficiência de recursos e adoção de tecnologias sustentáveis.	4.5., 5.2., 8.1
9.5	Melhorar a pesquisa científica e a capacidade tecnológica dos setores industriais.	1.1., 5.1., 5.2., 7.1., 11.1
9.A	Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes nos países em desenvolvimento.	5.1
10.2	Promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente do <i>status</i> .	2.1., 2.2., 7.2
10.3	Assegurar igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades eliminando leis discriminatórias.	1.1., 3.1., 3.2

Meta ODS	Descrição	Métricas SASB
11.6	Reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, especialmente na gestão de resíduos e qualidade do ar.	4.4
12.2	Alcançar a gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais até 2030.	4.3
12.4	Gerir de forma sustentável produtos químicos e resíduos para minimizar impactos negativos na saúde e no meio ambiente.	4.1., 4.3., 4.4
12.5	Reduzir significativamente a geração de resíduos através de prevenção, redução, reciclagem e reutilização.	4.4
12.6	Incentivar as empresas a adotar práticas sustentáveis e integrar informações de sustentabilidade nos seus relatórios.	3.1., 3.2., 6.1., 6.2., 8.1., 9.2
12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, conforme as políticas nacionais.	8.1
12.8	Garantir que as pessoas tenham acesso a informação relevante e consciência para um desenvolvimento sustentável.	6.1
16.3	Promover o Estado de Direito e garantir o acesso igualitário à justiça.	1.3., 5.3., 6.1
16.4	Reduzir os fluxos financeiros e de armas ilícitas, recuperar bens roubados e combater o crime organizado.	5.3
16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	5.1., 5.2., 5.3., 6.2., 9.1., 9.2
16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	1.2., 1.3., 4.1., 4.2., 4.3., 4.5., 6.1., 9.1., 9.2
16.10	Garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais.	6.1
17.16	Fortalecer as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, mobilizando recursos e conhecimento.	2.1., 2.2., 4.1

Considerando que as relações estabelecidas anteriormente nas Tabelas 3.1 e 3.2 não apresentam literatura de suporte, por não se conhecer um estudo que o faça, a seguir, apresenta-se uma análise, salientando as potenciais contribuições de cada métrica devida divulgada do setor HC-BP para o cumprimento das metas globais dos ODS:

- Métrica 1.1: Esta métrica pode contribuir para a meta 3.8 dos ODS, ao assegurar que os ensaios clínicos sejam conduzidos de forma a garantir o acesso a cuidados de saúde seguros e de qualidade. Ao mitigar falhas e riscos associados a práticas inadequadas durante os ensaios, também pode apoiar a meta 3.9, que visa diminuir mortes e doenças causadas por substâncias perigosas. Adicionalmente, a promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico na área da saúde, alinhada com esta métrica, está em consonância com a meta 9.5, e pode contribuir para a meta 10.3, que procura reduzir desigualdades, garantindo acesso equitativo a tratamentos eficazes e seguros;
- Métrica 1.2: Esta métrica está potencialmente ligada à meta 3.8 dos ODS, ao assegurar que as entidades de saúde estejam em conformidade com normas rigorosas, garantindo que os medicamentos oferecidos sejam seguros e eficazes. Além disso, pode apoiar a meta 3.B, que incentiva a pesquisa e desenvolvimento de medicamentos para doenças prioritárias, e a meta 16.6, ao promover transparência e responsabilidade institucional;
- Métrica 1.3: Monitorizar as perdas financeiras decorrentes de processos legais pode incentivar práticas de segurança nos ensaios clínicos, alinhando-se com a meta 3.8 dos ODS, e contribuir para a meta 16.3, ao promover o Estado de Direito e a justiça equitativa. Esta métrica pode também fortalecer a transparência e a responsabilidade institucional, em consonância com a meta 16.6;
- Métrica 2.1: Esta métrica pode contribuir para a meta 1.1 dos ODS, que visa erradicar a pobreza extrema, e para as metas 3.3 e 3.4, que visam combater epidemias e reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis. Pode, por outro lado, apoiar a meta 3.B, ao incentivar a pesquisa e desenvolvimento de medicamentos, e a meta 10.2, ao promover a inclusão social e económica. A promoção da cooperação internacional, alinhada com esta métrica, pode também contribuir para a meta 17.16;
- Métrica 2.2: Esta métrica pode apoiar a meta 3.8 dos ODS, ao garantir que os produtos listados sejam seguros e eficazes, e contribuir para a meta 1.1, ao assegurar que os medicamentos sejam acessíveis. A métrica também está alinhada com a meta 10.2, ao promover a igualdade no acesso a tratamentos de saúde, e pode também incentivar a cooperação internacional, conforme a meta 17.16;
- Métrica 3.1: Esta métrica pode ajudar a alcançar a meta 3.8 dos ODS, ao monitorizar a variação dos preços dos medicamentos por forma a garantir a sua acessibilidade, e pode

contribuir para a meta 10.3, ao promover o acesso equitativo a tratamentos. A promoção de práticas empresariais responsáveis, pode também apoiar a meta 12.6;

- Métrica 3.2: Monitorizar as variações nos preços dos produtos, especialmente daquele com maior aumento, pode ajudar a alcançar a meta 3.8 dos ODS, ao garantir que os aumentos de preços não excluam as populações vulneráveis do acesso a tratamentos. Esta métrica pode também apoiar a meta 1.1, ao evitar que os custos com a saúde levem as famílias à pobreza, e a meta 10.3, ao reduzir desigualdades no acesso a tratamentos médicos. Por outro lado, a promoção de práticas empresariais transparentes e sustentáveis, pode também contribuir para a meta 12.6;
- Métrica 4.1: Esta métrica pode contribuir para a meta 3.8 dos ODS, ao garantir que os medicamentos sejam seguros e eficazes; para a meta 12.4, ao assegurar a gestão ambientalmente correta de produtos químicos e resíduos; para a meta 16.6, ao promover a transparência institucional, e pode facilitar a cooperação internacional, conforme a meta 17.16;
- Métrica 4.2: Monitorizar o número de fatalidades associadas a produtos pode ajudar a alcançar a meta 3.4 dos ODS, que visa reduzir a mortalidade prematura, e contribuir para a meta 3.8, ao promover o acesso a cuidados de saúde seguros. Adicionalmente, pode apoiar a meta 3.9, na medida em que se procura reduzir as mortes causadas por produtos perigosos, e a meta 16.6, ao aumentar a transparência institucional;
- Métrica 4.3: Esta métrica pode apoiar a meta 3.9 dos ODS, ao reduzir riscos associados a produtos perigosos, e contribuir para a meta 12.2, ao promover a gestão sustentável de recursos. A promoção da gestão correta de produtos químicos e resíduos, associada a esta métrica, pode também apoiar a meta 12.4, enquanto a promoção da transparência institucional pode contribuir para a meta 16.6;
- Métrica 4.4: Esta métrica pode ajudar a alcançar a meta 12.4 dos ODS, ao assegurar a gestão correta dos produtos, e a meta 12.5, ao promover a redução de resíduos. Por outro lado, pode estar relacionada com a meta 3.9, ao reduzir os riscos associados à saúde pública, e com a meta 11.6, ao melhorar a qualidade ambiental urbana;
- Métrica 4.5: Esta métrica pode contribuir para a meta 3.8 dos ODS, ao assegurar que os produtos de saúde sejam fabricados com qualidade e segurança; para a meta 9.4, ao promover a modernização industrial sustentável, e pode ajudar a alcançar a meta 16.6, ao promover a transparência e a responsabilidade das instituições;

- Métrica 5.1: Esta métrica pode apoiar a meta 9.5 dos ODS, ao promover a utilização de tecnologias avançadas, pode contribuir para a meta 3.8, ao assegurar a autenticidade dos produtos e também apoiar a meta 16.5, ao combater práticas corruptas e promover um comércio seguro;
- Métrica 5.2: Esta métrica pode ajudar a alcançar a meta 9.4 dos ODS, ao promover a modernização da cadeia de suprimentos, e a meta 9.5, ao aumentar o acesso à informação e segurança. Pode também apoiar a meta 3.8, ao proteger a saúde dos consumidores, e a meta 16.5, ao combater práticas corruptas;
- Métrica 5.3: Esta métrica pode contribuir para a meta 16.3 dos ODS, ao promover o Estado de Direito, e para a meta 16.4, ao combater o crime organizado. Por outro lado, apoiar a meta 16.5, ao reduzir a corrupção e promover um ambiente de negócios ético, e ajudar a alcançar a meta 3.8, ao proteger a saúde dos consumidores;
- Métrica 6.1: Monitorizar as perdas financeiras decorrentes de processos legais por marketing falso pode contribuir para a meta 12.6 dos ODS, ao promover práticas empresariais mais responsáveis, e para a meta 12.8, ao aumentar a consciencialização pública sobre práticas empresariais éticas. Por outro lado, pode ajudar a alcançar a meta 16.3, ao fortalecer o Estado de Direito, e a meta 16.6, ao promover a transparência institucional;
- Métrica 6.2: A implementação de um código de ética que regule a promoção do uso *off-label* de medicamentos pode contribuir para a meta 3.8 dos ODS, ao assegurar que esses produtos sejam utilizados de forma segura e eficaz. Pode também apoiar a meta 12.6, ao promover a sustentabilidade e a responsabilidade nas práticas empresariais, e também a meta 16.5, ao reduzir a corrupção e o suborno associados à promoção de medicamentos fora das indicações aprovadas;
- Métrica 7.1: Esta métrica pode contribuir para a meta 8.2 dos ODS, ao apoiar o aumento da produtividade económica através da inovação e atualização tecnológica. Pode ajudar a alcançar a meta 8.5, que visa o pleno emprego e o trabalho decente para todos, e apoiar a meta 9.5, ao fortalecer a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico;
- Métrica 7.2: Monitorizar as taxas de rotatividade pode ajudar a identificar problemas no ambiente de trabalho e a implementar melhorias, contribuindo para a meta 8.5 dos ODS. A análise dessas taxas pode apoiar a meta 8.8, ao assegurar a proteção dos direitos dos trabalhadores e promover um ambiente de trabalho seguro. Esta métrica pode também

contribuir para a meta 10.2, ao ajudar a identificar e corrigir desigualdades no local de trabalho;

- Métrica 8.1: A participação em auditorias de terceiros para garantir a integridade da cadeia de suprimentos pode estar alinhada com a meta 12.6 dos ODS, ao demonstrar o compromisso com práticas de produção responsáveis. Pode também apoiar a meta 9.4, ao promover a modernização sustentável da indústria, e contribuir para a meta 3.8, ao assegurar que os produtos farmacêuticos cumpram padrões elevados de segurança e eficácia;
- Métrica 9.1: Monitorar e reportar as perdas financeiras decorrentes de processos legais por corrupção e suborno está diretamente relacionado com a meta 16.5 dos ODS, ao evidenciar o impacto dessas práticas e incentivar a adoção de políticas mais rigorosas contra a corrupção. Essa prática também pode contribuir para a meta 16.6, ao promover maior transparência e responsabilidade institucional;
- Métrica 9.2: A implementação de um código de ética nas interações com profissionais de saúde é essencial para prevenir práticas corruptas, em linha com a meta 16.5 dos ODS. Este código também permite apoiar a meta 16.6, ao fortalecer instituições mais eficazes e transparentes, a meta 12.6, ao promover a sustentabilidade empresarial, e a meta 3.8, ao garantir que os cuidados de saúde sejam seguros e eficazes;
- Métrica 10.1: o número de pacientes tratados é crucial para avaliar o progresso em direção à meta 3.8 dos ODS, que visa alcançar a cobertura universal de saúde. Esta métrica pode também apoiar a meta 3.B, ao fornecer informações sobre a distribuição e eficácia dos medicamentos e intervenções médicas;
- Métrica 11.1: O número de medicamentos disponíveis no portfólio de uma empresa e em fases de desenvolvimento pode estar relacionado com a meta 3.8 dos ODS, ao promover o acesso a tratamentos essenciais, por outro lado, reflete o compromisso da empresa com a inovação e o investimento, alinhando-se com a meta 9.5 dos ODS, que promove o avanço tecnológico e científico.

Assim, tendo por base a correspondência efetuada, de acordo com a conformidade de cada divulgação efetuada pela empresa às métricas do SASB, foram atribuídos os valores de “0” ou “1” para o alcance das metas do ODS: “0” quando a empresa não alcança, e “1” quando alcança.

É importante destacar que não se estabeleceu qualquer relação entre as métricas do setor HC-BP com as metas dos ODS 2, 4, 5, 6, 7, 13, 14 e 15. Estes ODS estão mais diretamente

relacionados com áreas como agricultura, educação, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa, ação climática e preservação da vida marinha e terrestre. Embora esses temas sejam indiscutivelmente importantes, não se aplicam diretamente às métricas requeridas para a indústria em análise, e, não parecem ter sido consideradas pelo SASB como GIC, cujas atividades estão mais focadas na saúde, investigação e desenvolvimento de medicamentos, e acessibilidade a tratamentos médicos.

3.3.3 Variáveis explicativas

À semelhança de estudos anteriores (Baptista, 2022; Gomes, 2024; Oliveira, 2022; Ribeiro, 2024), a presente análise tem como objetivo verificar a relação entre o ND (variável dependente) e várias variáveis explicativas das empresas incluídas na amostra. Estas variáveis são essenciais, pois influenciam diretamente a variável dependente e, segundo Shrestha (2020) a sua inclusão no modelo permite obter uma estimativa mais precisa do impacto das variáveis independentes.

Entre as variáveis explicativas consideradas está a dimensão da empresa, medida pelo total de ativos, expresso em euros e representado pelo logaritmo de base 10, que foi utilizado como um *proxy* para a sua dimensão financeira. De acordo com Cooke (1989), a escolha da *proxy* é indiferente, uma vez que todas conduzem a resultados semelhantes. Rodriguez, Cotran & Stewart (2017) concluíram que empresas com maior dimensão apresentam melhor divulgação.

Também foi considerado o ROE das entidades, expresso em percentagem, que avalia a rentabilidade da empresa ao medir a eficiência na utilização do capital próprio para gerar lucros. Carvajal e Nadeem (2022) concluíram por uma relação positiva entre o nível de divulgação e o ROE.

Outra variável que mede o valor da empresa é a *Market Capitalization*, que reflete o valor de mercado total da empresa e é um indicador da sua influência e estabilidade no setor. Constantinescu (2021) identificou uma relação negativa significativa entre a divulgação ambiental e o valor das empresas no setor de energia; Gunawan e Susilo (2021), concluiu por uma influência positiva e significativa nas ações da divulgação de RSE conforme as normas SASB.

Adicionalmente, outro fator considerado foi a auditoria realizada por uma das empresas pertencentes ao grupo das *Big Four* (Deloitte, Ernst & Young (EY), PricewaterhouseCoopers (PwC) e KPMG). A existência de uma destas auditoras está frequentemente associada a uma maior confiança e transparência nos relatórios financeiros, reforçando a credibilidade da empresa junto dos *stakeholders*, conforme sugerido por Cardoso (2023).

O nível de endividamento (ENDV), que reflete o risco financeiro e a volatilidade da empresa, sendo calculado pela razão entre o passivo total e o ativo total também foi considerado como variável explicativa (Carvajal & Nadeem, 2022; Qiu, Shaukat & Tharyan, 2016).

Considerando que a amostra é constituída por empresas identificadas no *site* do SASB como sendo estado-unidense ou a um estado-membro da UE, foi incluída a variável referente a esta região, seja na UE ou EUA, pois pode influenciar as suas práticas financeiras e regulamentares (Afolabi, Ram & Rimmel, 2022; Pugliese, 2016).

3.4 Técnicas estatísticas

Neste estudo, foram empregues análises estatísticas para explorar a divulgação dos tópicos e métricas SASB, incluindo as diferenças entre regiões, e as respetivas influências no alcance das metas dos ODS. As análises incluíram estatísticas descritivas univariadas, de forma a resumir as características principais das variáveis em estudo, bem como testes estatísticos para comparar as diferenças regionais, realizados com o apoio do *software* IBM® SPSS *Statistics*.

De modo a avaliar se existem diferenças significativas na divulgação dos tópicos e métricas SASB e no alcance das metas dos ODS, por região, o teste estatístico utilizado foi o teste não paramétrico U de Mann-Whitney (The Island Geographer, 2019). O teste U de Mann-Whitney é apropriado para comparar as medianas de dois grupos independentes e, por não exigir pressupostos de normalidade na distribuição dos dados, revelou-se adequado para as análises realizadas neste contexto (Parab & Bhalerao, 2010).

Adicionalmente, foi realizada uma análise bivariada, utilizando o coeficiente de correlação de Spearman, com o objetivo de calcular a correlação entre a variável de dependente, o ND, e as variáveis explicativas nomeadamente *Total Assets*, *Market Capitalization*, ENDV, *Big Four*, Região e ROE. O coeficiente de correlação de Spearman é adequado para avaliar a força e a direção da relação entre duas variáveis, sejam estas contínuas ou ordinais, sendo especialmente útil quando os dados não seguem uma distribuição normal (Bishara & Hittner, 2012).

4. Resultados e discussão

4.1 Análise da divulgação de informação pelas normas SASB

4.1.1 Análise global das métricas SASB

Para analisar as divulgações das métricas SASB para o setor de *HC-BP*, foram calculadas medidas de estatística descritiva, nomeadamente as frequências (número de empresas) e as respetivas percentagens. As descrições das métricas foram sintetizadas para facilitar a leitura e compreensão dos dados (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 Análise estatística descritiva das métricas SASB para o setor HC-BP

Métrica SASB	Descrição	Não Divulga		Divulgação incompleta		Divulgação completa	
		n	%	n	%	n	%
1.1.	Discussão sobre o processo de gestão por região.	2	5.71	28	80.00	5	14.29
1.2.	Número de inspeções relacionadas a ensaios clínicos.	13	37.14	1	2.86	21	60.00
1.3.	Perdas financeiras devido a processos judiciais.	18	51.43	0	0.00	17	48.57
2.1.	Iniciativas para promover o acesso a produtos de saúde.	15	42.86	7	20.00	13	37.14
2.2.	Produtos na lista de medicamentos da OMS.	8	22.86	1	2.86	26	74.29
3.1.	Variação percentual nos preços dos produtos.	20	57.14	6	17.14	9	25.71
3.2.	Aumento percentual no preço do produto com maior variação.	24	68.57	2	5.71	9	25.71
4.1.	Produtos listados em alertas de segurança pública.	15	42.86	1	2.86	19	54.29
4.2.	Número de mortes associadas aos produtos.	26	74.29	0	0.00	9	25.71

Métrica SASB	Descrição	Não Divulga		Divulgação incompleta		Divulgação completa	
		n	%	n	%	n	%
4.3.	<i>Recalls</i> de produtos e unidades recolhidas.	11	31.43	5	14.29	19	54.29
4.4.	Quantidade de produtos para devolução, reutilização ou eliminação	21	60.00	2	5.71	12	34.29
4.5.	Ações de fiscalização por violações de boas práticas de fabrico.	10	28.57	1	2.86	24	68.57
5.1.	Métodos de rastreabilidade e prevenção de falsificações.	7	20.00	12	34.29	16	45.71
5.2.	Processo de alerta sobre riscos de produtos falsificados.	18	51.43	9	25.71	8	22.86
5.3.	Ações contra falsificações que levaram a medidas legais.	16	45.71	1	2.86	18	51.43
6.1.	Perdas financeiras devido a processos por marketing falso.	20	57.14	1	2.86	14	40.00
6.2.	Código de ética para promoção de usos não aprovados.	14	40.00	7	20.00	14	40.00
7.1.	Discussão sobre esforços de recrutamento e retenção de talentos.	2	5.71	11	31.43	22	62.86
7.2.	Taxa de rotatividade de pessoal por categoria.	18	51.43	8	22.86	9	25.71
8.1.	Participação em auditorias para a integridade da cadeia de fornecimento.	32	91.43	0	0.00	3	8.57
9.1.	Perdas financeiras devido a corrupção e suborno.	20	57.14	1	2.86	14	40.00

Métrica SASB	Descrição	Não Divulga		Divulgação incompleta		Divulgação completa	
		n	%	n	%	n	%
9.2.	Código de ética para interações com profissionais de saúde.	5	14.29	11	31.43	19	54.29
10.1.	Total de pacientes tratados.	17	48.57	1	2.86	17	48.57
11.1.	Número de medicamentos no portfólio e em fases de desenvolvimento	6	17.14	16	45.71	13	37.14

A análise dos resultados apresentados na Tabela 4.1 revela uma variação significativa na conformidade das empresas com as métricas SASB para a indústria. Algumas métricas destacam-se pela quantidade de informações divulgadas, considerando tanto as divulgações completas como as incompletas.

A Métrica 7.1 (discussão sobre esforços de recrutamento e retenção de talentos para cientistas e pessoal de investigação e desenvolvimento) é uma das mais relatadas, com 22 empresas (62,86%) a fornecerem informações completas e 11 empresas (31,43%) a apresentarem divulgações incompletas, totalizando assim 33 empresas (94,29%) que divulgam algum nível de conformidade. Em seguida, a Métrica 9.2 (código de ética para interações com profissionais de saúde) apresenta 19 empresas (54,29%) com divulgações completas e 11 empresas (31,43%) com divulgações incompletas, resultando num total de 30 empresas que divulgam este tema. A Métrica 2.2 (produtos na lista de medicamentos da OMS) também apresenta resultados significativos, com 26 empresas (74,29%) a fornecerem divulgações completas e apenas 1 empresa (2,86%) a relatar informações incompletas, resultando num total de 27 empresas (77,15%) que comunicam algum nível de conformidade. A Métrica 4.5 (ações de fiscalização por violações de boas práticas de fabrico), revela que 24 empresas (68,57%) disponibilizaram divulgações completas, enquanto 1 empresa (2,86%) apresenta informações incompletas, resultando em 25 empresas (71,43%) que divulgam algum nível de conformidade.

Por outro lado, a Métrica 1.1 (discussão sobre o processo de gestão por região), apresenta uma taxa de conformidade relativamente baixa, com 28 empresas (80%) com divulgações incompletas, enquanto apenas 5 (14,29%) fornecem informações completas. Esta elevada

percentagem de divulgações insuficientes sugere dificuldades ou falta de clareza na comunicação sobre os processos de gestão por região.

Adicionalmente, a Métrica 8.1 (participação em auditorias para garantir a integridade da cadeia de fornecimento) apresenta uma situação preocupante, com 32 empresas (91,43%) a não fornecerem qualquer informação a respeito. A Métrica 4.2 (número de mortes associadas aos produtos) também indica uma falta significativa de divulgação, com 26 empresas (74,29%) sem informações disponíveis. A Métrica 3.2 (aumento percentual no preço do produto com maior variação) mostra que 24 empresas (68,57%) não divulgaram informações, enquanto a Métrica 3.1 (variação percentual nos preços dos produtos) revela que 20 empresas (57,14%) também não divulgaram nada.

Os resultados indicam que, apesar das variações na quantidade e qualidade das divulgações, as áreas de saúde pública e conformidade regulatória são as mais bem abordadas pelas empresas. No entanto, a falta de transparência em métricas relacionadas com perdas financeiras, segurança dos produtos e integridade da cadeia de fornecimento aponta para um baixo grau de comparabilidade. Estas conclusões estão em linha com os estudos de Braune (2021) e Rodriguez, Cotran e Stewart (2017), que também identificaram dificuldades na comparabilidade das informações, apesar de terem analisado diferentes setores, como *Oil and Gas* e várias indústrias da SEC, sugerindo que os desafios de transparência são transversais. Em contraste, Busco *et al.* (2020) verificaram uma alta qualidade nos relatórios, apesar do número reduzido de empresas, no entanto, o setor *Health Care* foi um dos menos representados, com apenas uma empresa (1,1% da amostra), o que pode justificar as diferenças observadas. Destaca-se que estas comparações são limitadas pela escassez de estudos focados no setor *Health Care* e nas normas SASB específicas da indústria.

4.1.2 Análise por região das métricas SASB

Para uma melhor caracterização da amostra, foram analisadas as métricas do SASB, tendo em conta a região, nomeadamente entre a UE e os EUA. As frequências e percentagens resultantes desta análise encontram-se na Tabela 4.2.

Tabela 4.2 Análise estatística descritiva das métricas SASB para o setor HC-BP por região

Métrica SASB	UE						EUA					
	Não divulga		Divulgação incompleta		Divulgação completa		Não divulga		Divulgação incompleta		Divulgação completa	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1.1.	0	0	5	62.5	3	37.5	2	7.4	23	85.2	2	7.4
1.2.	3	37.5	1	12.5	4	50	10	37.0	0	0	17	63.0
1.3.	5	62.5	0	0	3	37.5	13	48.1	0	0	14	51.9
2.1.	3	37.5	4	50.0	1	12.5	12	44.4	3	11.1	12	44.4
2.2.	4	50.0	1	12.5	3	37.5	4	14.8	0	0	23	85.2
3.1.	5	62.5	3	37.5	0	0	15	55.6	3	11.1	9	33.3
3.2.	6	75.0	2	25.0	0	0	18	66.7	0	0	9	33.3
4.1.	4	50.0	1	12.5	3	37.5	11	40.7	0	0	16	59.3
4.2.	8	100	0	0	0	0	18	66.7	0	0	9	33.3
4.3.	4	50.0	2	25.0	2	25.5	7	25.9	3	11.1	17	63.0
4.4.	6	75.0	1	12.5	1	12.5	15	55.6	1	3.7	11	40.7
4.5.	3	37.5	1	12.5	4	50.0	7	25.9	0	0	20	74.1
5.1.	1	12.5	6	75.0	1	12.5	6	22.2	6	22.2	15	55.6
5.2.	4	50.0	3	37.5	1	12.5	14	51.9	6	22.2	7	25.9
5.3.	5	62.5	0	0	3	37.5	11	40.7	1	3.7	15	55.6
6.1.	6	75.0	1	12.5	1	12.5	14	51.9	0	0	13	48.1
6.2.	3	37.5	4	50.0	1	12.5	11	40.7	3	11.1	13	48.1
7.1.	0	0	6	75.0	2	25.0	2	7.4	5	18.5	20	74.1
7.2.	2	25.0	3	37.5	3	37.5	16	59.3	5	18.5	6	22.2
8.1.	7	87.5	0	0	1	12.5	25	92.6	0	0	2	7.4
9.1.	5	62.5	1	12.5	2	25.0	15	55.6	0	0	12	44.4
9.2.	0	0	6	75.0	2	25.0	5	18.5	5	18.5	17	63.0
10.1.	3	37.5	0	0	5	62.5	14	51.9	1	3.7	12	44.4
11.1.	4	50.0	3	37.5	1	12.5	2	7.4	13	48.1	12	44.4

Na métrica 1.1, que discute o processo de gestão por região, observou-se que 37,5% das empresas da UE divulgam completamente, em contraste com apenas 7,4% EUA. Ambas as regiões, no entanto, apresentam uma elevada taxa de divulgação incompleta: 62,5% na UE e 85,2% nos EUA.

Na métrica 4.2, que aborda o número de mortes associadas aos produtos, a lacuna na UE é preocupante, uma vez que 100% das empresas não fazem qualquer divulgação, enquanto nos EUA, 33,3% das empresas fornecem informações completas, embora 66,7% não divulguem.

Em relação à métrica 5.2, que analisa o processo de alerta sobre riscos de produtos falsificados, a situação é semelhante. Apesar da maioria das empresas em ambas as regiões não divulgarem ou apresentarem divulgações incompletas, os EUA têm uma proporção maior de empresas que divulgam (25,9%) em comparação com a UE (12,5%).

A métrica 7.1, que se refere à discussão sobre esforços de recrutamento e retenção de talentos, revela uma clara superioridade dos EUA, onde 74,1% das empresas divulgam a informação completa. Na UE, apenas 25% o fazem, e 75% apresentam divulgação incompleta.

Por fim, na métrica 8.1, que avalia a participação em auditorias para garantir a integridade da cadeia de fornecimento, tanto a UE quanto os EUA apresentam uma alta percentagem de empresas que não fazem qualquer divulgação (87,5% e 92,6%, respetivamente), com uma ligeira vantagem da UE na proporção de empresas que fazem divulgações completas (12,5% contra 7,4% nos EUA).

Em suma, existe uma tendência significativa de ausência de divulgação em várias métricas em ambas as regiões, especialmente nas métricas 4.2 e 8.1. A UE tende a ter uma maior proporção de divulgações incompletas em métricas como 5.1, 7.1 e 9.2. Contudo, na métrica 1.1, os EUA destacam-se com uma taxa de divulgação incompleta mais elevada (85,2% contra 62,5% na UE). Apesar disso, os EUA geralmente apresentam uma maior proporção de divulgações completas, embora essa diferença nem sempre seja expressiva.

Pode concluir-se que ambas as regiões enfrentam desafios significativos em alcançar uma transparência total, com grande parte das empresas ainda a apresentar divulgações incompletas ou inexistentes. Adicionalmente, importa referir que não sendo do conhecimento outros estudos que tenham realizado esta análise por região, não é possível discutir os resultados obtidos com a literatura existente.

Com o objetivo de identificar possíveis diferenças estatisticamente significativas entre a UE e os EUA no que diz respeito ao desempenho nas métricas SASB, foram realizados testes U de Mann-Whitney (Tabela 4.3).

Tabela 4.3 Teste U de Mann-Whitney para as métricas do SASB, por região

Variáveis	UE		EUA		U	<i>p</i>
	Mediana	Soma das classificações	Mediana	Soma das classificações		
1.1	22.69	181.50	16.61	448.50	70.500	.034
1.2	16.88	135.00	18.33	495.00	99.000	.680
1.3	16.06	128.50	18.57	501.50	92.500	.482
2.1	16.13	129.00	18.56	501.00	93.00	.526
2.2.	11.81	94.50	19.83	535.50	58.500	.011
3.1	15.38	123.00	18.78	507.00	87.000	.354
3.2	15.75	126.00	18.67	504.00	90.000	.384
4.1	15.75	126.00	18.67	504.00	90.000	.418
4.2	13.50	108.00	19.33	522.00	72.000	.062
4.3	13.00	104.00	19.48	526.00	68.000	.080
4.4	14.75	118.00	18.96	508.50	82.000	.236
4.5	15.19	121.50	18.83	508.50	85.000	.275
5.1	14.06	112.50	19.17	517.50	76.500	.181
5.2	17.31	138.50	18.20	491.50	102.500	.813
5.3	15.25	122.00	18.81	508.00	86.000	.324
6.1	14.06	112.50	19.17	517.50	76.500	.153
6.2	15.38	123.00	18.78	507.00	87.000	.375
7.1	12.13	97.00	19.74	533.00	61.000	.030
7.2	22.44	179.50	16.69	450.50	72.500	.127
8.1	18.69	149.50	17.80	480.50	102.500	.656
9.1	16.31	130.50	18.50	499.50	94.500	.540
9.2	14.75	118.00	18.96	512.00	82.000	.255
10.1	20.25	162.00	17.33	468.00	90.000	.421
11.1	10.81	86.50	20.13	543.50	50.500	.014

Nota: U= U de Mann-Whitney; *p*= significância.

Conforme apresentado na Tabela 4.3, os resultados do teste U de Mann-Whitney revelam que, para a maioria das métricas SASB, não existe uma diferença estatisticamente significativa entre

a UE e os EUA, o que sugere uma convergência nas práticas de relato da sustentabilidade setorial entre as duas regiões. Esta similaridade pode justificar a ausência de estudos que realizem análises comparativas por região. Não obstante, as métricas 1.1 (discussão sobre o processo de gestão por região), 2.2 (produtos na lista de medicamentos da OMS), 7.1 ((discussão sobre esforços de recrutamento e retenção de talentos), e 11.1 (número de medicamentos no portfólio e em fases de desenvolvimento) destacam-se, apresentando diferenças estatisticamente significativas. Em particular, os EUA apresentam um desempenho superior nas métricas 2.2, 7.1 e 11.1, enquanto a UE se sobressai na métrica 1.1. Essa distinção pode ser atribuída a uma combinação de fatores, como a maior ênfase dos EUA em inovação e desenvolvimento de novos medicamentos, bem como um ambiente competitivo mais intenso que favorece a retenção de talentos na área de pesquisa e desenvolvimento.

Estes resultados indicam que, embora exista uma tendência geral de alinhamento entre as regiões, algumas áreas específicas apresentam variações que podem refletir diferenças nas políticas, regulamentações ou práticas de sustentabilidade implementadas em cada região. É importante ressaltar que a literatura atual carece de estudos que realizem análises comparativas semelhantes, o que limita a possibilidade de contextualizar e interpretar os resultados obtidos em relação a outros estudos.

4.1.3 Análise dos tópicos do SASB, global e por região

De seguida, apresentam-se as estatísticas descritivas dos tópicos do SASB, com o objetivo de caracterizar as distribuições das variáveis em estudo. A Tabela 4.4 resume medidas como a média (M), o desvio padrão (DP), a mediana (Med), a variância e os valores mínimo e máximo.

Tabela 4.4 Medidas de estatística descritiva para os Tópicos SASB para o setor HC-BP

	M	DP	Med	Variância	Mín.	Máx.
Tópico 1	1.643	0.944	1.500	0.891	0.000	3.000
Tópico 2	1.229	0.721	1.000	0.520	0.000	2.000
Tópico 3	0.629	0.817	0.000	0.667	0.000	3.000
Tópico 4	2.500	1.654	2.500	1.022	0.000	5.000
Tópico 5	1.514	1.019	1.500	1.037	0.000	3.000
Tópico 6	0.914	0.680	1.000	0.463	0.000	2.000

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Med	Variância	Mín.	Máx.
Tópico 7	1.157	0.567	1.000	0.320	0.000	2.000
Tópico 8	0.086	0.284	0.000	0.081	0.000	1.000
Tópico 9	1.114	0.687	1.000	0.472	0.000	3.000
Tópico 10	0.500	0.500	0.500	0.250	0.000	1.000
Tópico 11	0.600	0.360	0.500	0.129	0.000	1.000

Em termos de média e mediana, a maioria dos tópicos apresenta valores próximos, sugerindo distribuições relativamente simétricas. O Tópico 4 destacou-se com a maior média (2.500), refletindo valores de resposta mais elevados, enquanto o Tópico 8 apresentou a menor média (0.086), indicando uma tendência para respostas mais baixas. O desvio-padrão e a variância revelam a variabilidade dos dados. O Tópico 4 apresentou a maior dispersão ($DP = 1.654$; $variância = 1.022$), sugerindo uma maior diversidade nas respostas, enquanto o Tópico 8 mostrou a menor dispersão ($DP = 0.284$; $variância = 0.081$), indicando respostas mais concentradas.

Por forma a verificar potenciais diferenças estatisticamente significativas entre a UE e os EUA no que concerne aos tópicos SASB, foi realizado o teste U de Mann-Whitney. Os resultados do teste podem ser consultados na Tabela 4.6.

Tabela 4.5 Teste U de Mann-Whitney para os Tópicos SASB

Variáveis	UE		EUA		U	<i>p</i>
	Mediana	Soma das classificações	Mediana	Soma das classificações		
Tópico 1	17.69	141.50	18.09	488.50	105.500	.920
Tópico 2	12.75	102.00	19.56	528.00	66.000	.086
Tópico 3	16.06	128.50	18.57	501.50	92.500	.508
Tópico 4	12.19	97.50	19.72	532.50	61.500	.064
Tópico 5	14.44	115.50	19.06	514.50	79.500	.257
Tópico 6	12.63	101.00	19.59	529.00	65.000	.079
Tópico 7	18.44	147.50	17.87	482.50	104.500	.887
Tópico 8	18.69	149.50	17.80	480.50	102.500	.656
Tópico 9	15.06	120.50	18.87	509.50	84.500	.340
Tópico 10	20.25	162.00	17.33	468.00	90.000	.421

Variáveis	UE		EUA		U	<i>p</i>
	Mediana	Soma das classificações	Mediana	Soma das classificações		
Tópico 11	10.81	86.50	20.13	543.50	50.500	.014

Tal como pode ser analisado através da Tabela 4.6, apenas o tópico 11 apresenta um *p-value* inferior a 0.05, pelo que se pode concluir, que existiram diferenças estatisticamente significativas na divulgação desse tópico entre as regiões da UE e os EUA.

4.1.4 Análise do nível de divulgação, global e por região

De seguida, apresentam-se as estatísticas descritivas relacionadas com o ND, com o objetivo de caracterizar as distribuições desta variável. A Tabela 4.7 resume medidas como a média (*M*), o desvio padrão (*DP*), o valor mínimo e o máximo, de maneira a visualizar o grau de conformidade das empresas com os requisitos de divulgação estabelecidos pelo SASB.

Tabela 4.6 Medidas de estatística descritiva para o ND

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mín.	Máx.
ND	11.857	4.701	4.0	21.5

Os resultados constantes na Tabela 4.7 indicam que as empresas apresentam um nível moderado de conformidade com as métricas SASB. A variação observada sugere que, enquanto algumas empresas estão consideravelmente aquém das expectativas de divulgação, outras estão próximas da total conformidade. Esta disparidade pode refletir abordagens distintas das empresas quanto às normas de sustentabilidade, evidenciando a necessidade de aprimorar as práticas de divulgação. Estas observações são consistentes com os estudos de Braune (2021) e Rodriguez, Cotran e Stewart (2017), que, apesar de terem analisado setores diferentes, destacaram a dificuldade na comparabilidade das informações. Por outro lado, Busco *et al.* (2020) relataram uma qualidade elevada nos relatórios, no entanto, o setor de *Health Care* foi pouco representado, com apenas uma empresa (1,1% da amostra), o que pode explicar as discrepâncias. Assim, a melhoria no nível de conformidade pode ser crucial para aumentar a transparência e a responsabilidade social, fatores essenciais para fortalecer a confiança dos *stakeholders* e a credibilidade das empresas.

Com o objetivo de identificar potenciais diferenças estatisticamente significativas entre as duas regiões em estudo relativamente ao ND, foi aplicado o teste U de Mann-Whitney, comparando estes dois grupos independentes. Os resultados deste teste encontram-se na Tabela 4.8.

Tabela 4.7 Teste U de Mann-Whitney entre ND e região.

Variável	UE		EUA		U	p
	Mediana	Soma das classificações	Mediana	Soma das classificações		
ND	12.13	97.00	19.74	533.00	61.000	.064

Nota: U= U de Mann-Whitney; p= significância.

Conforme apresentado na Tabela 4.8, os resultados do teste U de Mann-Whitney sugerem que, não existem diferenças estatisticamente significativas entre a UE e os EUA no que diz respeito ao ND. Contudo, é importante salientar que o *p-value* de 0,064 está próximo do nível de significância de 5%, o que sugere que com uma amostra maior, os resultados poderiam revelar diferenças mais claras, permitindo uma conclusão mais consistente. A literatura existente não oferece comparações relativamente a este tema, limitando as inferências que podem ser feitas a partir destes resultados.

4.1.5 Análise da relação entre o ND e variáveis explicativas

Com o intuito de compreender se o ND se correlacionava de forma estatisticamente significativa com as variáveis explicativas identificadas na literatura, foi realizada uma análise bivariada. Nesse contexto, foi calculado o coeficiente de correlação de Spearman entre o ND e as variáveis *Total assets*, *Market Capitalization*, *ENDV*, *Big four*, *Região* e *ROE*. Os resultados podem ser apresentados na Tabela 4.9.

Tabela 4.8 Coeficientes de correlação

	Coeficiente de correlação	p
<i>Total assets</i> ^a	-.065	.712
<i>Market Capitalization</i> ^a	-.195	.263
<i>ENDV</i> ^a	-.053	.761
<i>Big four</i> ^a	-.143	.413
<i>Região</i> ^a	.317	.063
<i>ROE</i> ^a	-.011	.952

^a Coeficiente de correlação de Spearman

Os resultados apresentados na Tabela 4.9 apontam para uma ausência de existência de correlações estatisticamente significativas entre o ND e todas as variáveis consideradas, o que

sugere que, quando as divulgações são setoriais, as características intrínsecas a cada entidade, não influenciam o nível de divulgação de cada uma.

4.2 Análise da relação entre métricas de divulgação e metas de ODS

Neste subcapítulo, realiza-se uma análise sobre o cumprimento das metas dos ODS pelas empresas, conforme apresentado na Tabela 4.10. As metas são classificadas em duas categorias: "Empresas que alcançam" e "Empresas que não alcançam". Para cada meta, foram calculadas estatísticas descritivas, nomeadamente frequências (número de empresas) e respectivas percentagens. Esses dados são fundamentais para avaliar o nível de adesão das empresas às metas estabelecidas pelos ODS.

Tabela 4.9 Frequências e percentagens do cumprimento dos ODS pelas empresas

Meta ODS	Empresas que alcançam		Empresas que não alcançam	
	n	%	n	%
1.1.	30	85.71	5	14.29
3.3.	18	51.43	17	48.57
3.4.	24	68.57	11	31.43
3.8	35	100.00	0	0.00
3.9	35	100.00	0	0.00
3. B.	30	85.71	5	14.29
3. D.	20	57.14	15	42.86
8.2.	33	94.29	2	5.71
8.5.	33	94.29	2	5.71
8.8.	16	45.71	19	54.29
9.4.	29	82.86	6	17.14
9.5.	35	100.00	0	0.00
9. A.	29	82.86	6	17.14
10.2	33	94.29	2	5.71
10.3.	35	100.00	0	0.00
11.6.	14	40.00	21	60.00
12.2.	24	68.57	11	31.43
12.4.	28	80.00	7	20.00
12.5.	15	42.86	20	57.14
12.6.	33	94.29	2	5.71
12.7.	3	8.57	32	91.43
12.8.	14	40.00	21	60.00
16.3.	23	65.71	12	34.29
16.4.	18	51.43	17	48.57
16.5.	35	100.00	0	0.00
16.6.	35	100.00	0	0.00
16.10	15	42.86	20	57.14
17.16	31	88.57	4	11.43

Ao analisar os resultados da Tabela 4.10, constata-se que algumas metas dos ODS são totalmente alcançadas pelas empresas avaliadas, como é o caso da meta 3.8, que promove a cobertura universal de saúde, a 3.9, que visa a redução de mortes causadas pela poluição e produtos químicos, a 9.5, que incentiva o desenvolvimento tecnológico e a inovação industrial,

a 10.3, que procura reduzir as desigualdades e as metas 16.5 e 16.6, relacionadas com a redução da corrupção e a criação de instituições eficazes e transparentes. Em contrapartida, a meta 12.5, referente à redução da geração de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização, e a 12.7, que incentiva práticas de compras públicas sustentáveis, apresentam os menores níveis de alcance.

De modo geral, as práticas de divulgação das normas setoriais do SASB exercem um impacto significativo no cumprimento de metas relacionadas à saúde, inovação, igualdade e transparência empresarial. Essa conclusão alinha-se com as observações de Betti *et al.* (2018), que destacam o forte impacto do setor da saúde nos ODS. De igual modo, os resultados vão de encontro às afirmações de Consolandi *et al.* (2020), que indicam que, na indústria de *Biotechnology & Pharmaceuticals*, a maioria das questões SASB que afetam os ODS são de caráter material, refletindo um impacto considerável nas metas globais de desenvolvimento sustentável.

No entanto, a menor adesão a metas relacionadas com a sustentabilidade dos recursos naturais e consumo responsável reflete a necessidade de mais esforços por parte das empresas de forma a melhorar essas áreas de atuação e apoiar plenamente os ODS.

Por forma a melhor caracterizar a amostra no que diz respeito ao cumprimento das metas dos ODS, foi realizada uma análise de frequências e percentagens por região, UE e EUA em separado. A mesma pode ser consultada na Tabela 4.11.

Tabela 4.10 Análise estatística descritiva do alcance das metas dos ODS por região

Metas ODS	UE				EUA			
	Empresas que alcançam		Empresas que não alcançam		Empresas que alcançam		Empresas que não alcançam	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1.1.	5	62.5	3	37.5	25	92.6	2	7.4
3.3.	5	62.5	3	37.5	13	48.1	14	51.9
3.4.	5	62.5	3	37.5	19	70.4	8	29.6
3.8	8	100	0	0	27	100	0	0
3.9	8	100	0	0	27	100	0	0
3.B.	7	87.5	1	12.5	23	85.2	4	14.8
3.D.	3	37.5	5	62.5	17	63.0	10	37.0
8.2.	8	100	0	0	25	92.6	2	7.4
8.5.	8	100	0	0	25	92.6	2	7.4

Metas ODS	UE				EUA			
	Empresas que alcançam		Empresas que não alcançam		Empresas que alcançam		Empresas que não alcançam	
	n	%	n	%	n	%	n	%
8.8.	6	75.0	2	25.0	10	37.0	17	63.0
9.4.	5	62.5	3	37.5	24	88.9	3	11.1
9.5.	8	100	0	0	27	100	0	0
9.A.	7	87.5	1	12.5	22	81.5	5	18.5
10.2	6	75.0	2	25.0	27	100	0	0
10.3.	8	100	0	0	27	100	0	0
11.6.	2	25.0	6	75.0	12	44.4	15	55.6
12.2.	4	50.0	4	50.0	20	74.1	7	25.9
12.4.	5	62.5	3	37.5	23	85.2	4	14.8
12.5.	2	25.0	6	75.0	13	48.1	14	51.9
12.6.	8	100	0	0	25	92.6	2	7.4
12.7.	1	12.5	7	87.5	2	7.4	25	92.6
12.8.	2	25.0	6	75.0	12	44.4	15	55.6
16.3.	5	62.5	3	37.5	18	66.7	9	33.3
16.4.	3	37.5	5	62.5	15	55.6	12	44.4
16.5.	8	100	0	0	27	100	0	0
16.6.	8	100	0	0	27	100	0	0
16.10	2	25.0	6	75.0	13	48.1	14	51.9
17.16	6	75.0	2	25.0	25	92.6	2	7.4

De acordo com os resultados da Tabela 4.11, verifica-se que as empresas da UE se destacam em várias metas. Na meta 3.B., que visa apoiar o desenvolvimento de vacinas e medicamentos acessíveis para doenças transmissíveis e não transmissíveis, 87,5% das empresas da UE alcançam esta meta, ligeiramente superior aos 85,2% das empresas dos EUA. Na meta 9.A., que procura facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes em países em desenvolvimento, também se observa um desempenho semelhante, com 87,5% das empresas da UE a cumprirem a meta, em comparação com 81,5% nos EUA. Adicionalmente, 62,5% das empresas da UE atingem a meta 16.3, que promove o Estado de Direito e garante o acesso igualitário à justiça. Este resultado está próximo, mas ligeiramente abaixo dos 66,7% registados nos EUA. Na meta 12.2, que se refere à gestão sustentável e ao uso eficiente dos recursos naturais, metade das empresas europeias atinge as metas, um desempenho significativo, embora inferior aos 74,1% das empresas americanas.

Por outro lado, os EUA destacam-se em várias metas. Na meta 1.1., que visa erradicar a pobreza extrema em todas as suas formas, 92,6% das empresas americanas alcançam a meta, em contraste com 62,5% na UE. Na meta 3.4., que se centra na redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e na promoção da saúde mental, 70,4% das empresas americanas atingem a meta, face a 62,5% na UE. Em metas como 10.2., que promove a inclusão social, económica e política de todos, e 10.3., que assegura igualdade de oportunidades e reduz desigualdades, os EUA apresentam 100% de cumprimento, enquanto na UE, os valores são de 75% e 100%, respetivamente. Outras metas, como as 16.5. e 16.6., que se focam na redução da corrupção e na promoção de instituições eficazes e transparentes, também mostram um desempenho perfeito nos EUA, igualando-se à UE. No entanto, na meta 17.16, que visa fortalecer as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, 92,6% das empresas americanas atingem as metas, em contraste com 75% na UE.

Com o intuito de averiguar potenciais diferenças estatisticamente significativas entre as duas regiões em estudo, no que concerne ao cumprimento das metas dos ODS, foram calculados testes U de Mann-Whitney. Os seus resultados estão presentes na Tabela 4.12.

Tabela 4.11 Teste U de Mann-Whitney para as metas dos ODS, por região

Variáveis (Meta dos ODS)	UE		EUA		U	<i>p</i>
	Mediana	Soma das classificações	Mediana	Soma das classificações		
1.1	13.94	111.50	19.20	518.50	75.5000	.035
3.3	19.94	159.50	17.43	470.50	92.500	.482
3.4	16.94	135.50	18.31	494.50	99.500	.678
3.8	18.00	144.00	18.00	486.00	108.000	1.000
3.9	18.00	144.00	18.00	486.00	108.000	1.000
3.B	18.31	146.50	17.91	483.50	105.500	.871
3.D	14.56	116.50	19.02	513.50	80.500	.208
8.2	19.00	152.00	17.70	478.00	100.000	.435
8.5	19.00	152.00	17.70	478.00	100.00	.435
8.8	23.13	185.00	16.48	445.00	67.000	.062

Variáveis (Meta dos ODS)	UE		EUA		U	p
	Mediana	Soma das classificações	Mediana	Soma das classificações		
9.4	14.44	115.50	19.06	514.50	79.500	.086
9.5	18.00	144.00	18.00	486.00	108.000	1.000
9.A	18.81	150.50	17.76	479.50	101.500	.696
10.2	14.63	117.00	19.00	513.00	81.000	.008
10.3	18.00	144.00	18.00	486.00	108.000	1.000
11.6.	15.38	123.00	18.78	507.00	87.000	.331
12.2	14.75	118.00	18.96	512.00	82.000	.204
12.4	14.94	119.50	18.91	510.50	83.500	.165
12.5	14.88	119.00	18.93	511.00	83.000	.252
12.6	19.00	152.00	17.70	478.00	100.000	.435
12.7	18.69	149.50	17.80	480.50	102.500	.656
12.8	15.38	123.00	18.78	507.00	87.000	.331
16.3	17.44	139.50	18.17	490.50	103.500	.830
16.4	15.56	124.50	18.72	505.50	88.500	.376
16.5	18.00	144.00	18.00	486.00	108.000	1.000
16.6	18.00	144.00	18.00	486.00	108.500	1.000
16.10	14.88	119.00	18.93	511.00	83.000	.252
17.16	15.63	125.00	18.70	505.00	89.000	.176

Nota: U= U de Mann-Whitney; p= significância

Tal como apresentado na Tabela 4.12, os resultados do teste U de Mann-Whitney indicam que, para a maioria das metas dos ODS, não há uma diferença estatisticamente significativa entre a UE e os EUA. No entanto, para as metas 1.1 “Erradicar a pobreza extrema em todas as suas formas e em todos os lugares” e 10.2 “Promover a inclusão social, económica e política de

todos, independentemente do *status*”, existem diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que os EUA têm um melhor desempenho no cumprimento dessas.

5. Conclusões, limitações e sugestões

Num contexto global cada vez mais focado na sustentabilidade, o papel das empresas na concretização dos ODS é fundamental para alcançar um futuro mais responsável e equilibrado. A contabilidade tem evoluído no sentido de incorporar métricas não financeiras, refletindo a compreensão crescente de que o valor das empresas não pode ser mensurado apenas em termos monetários. Este estudo propõe uma análise da interligação entre o relato não financeiro realizado de acordo com as normas SASB, especificamente no setor HC-BP, por forma a avaliar a qualidade das divulgações, bem como a sua relação com os ODS.

Os principais resultados indicam que, as empresas apresentam um nível moderado de conformidade com as métricas SASB. Áreas como saúde pública e conformidade regulatória destacam-se com os níveis mais elevados de divulgação, refletindo um compromisso considerável com a promoção de uma cobertura de saúde mais inclusiva e a redução de riscos associados à saúde e segurança dos produtos. Estes dados sugerem que as empresas contribuem de forma significativa para o cumprimento das metas dos ODS, principalmente as que estão relacionadas com a saúde (ODS 3), inovação (ODS 9) e transparência institucional (ODS 16). Por outro lado, a menor conformidade das métricas verifica-se nas áreas de perdas financeiras, segurança dos produtos e integridade da cadeia de fornecimento.

Ao analisar as diferenças regionais entre a UE e os EUA, os resultados revelam uma convergência nas práticas de relato de sustentabilidade entre as duas regiões. No entanto, foram identificadas diferenças significativas em áreas específicas, com os EUA a apresentarem um desempenho superior nas métricas relacionadas com a rotatividade de pessoal, a inovação no desenvolvimento de medicamentos e a presença de produtos essenciais. Por sua vez, a UE destaca-se na gestão de processos por região.

Relativamente à contribuição para as metas dos ODS, verificou-se que as empresas analisadas alcançam, em grande medida, metas como a redução da mortalidade devido à poluição (ODS 3.9), o incentivo à inovação tecnológica (ODS 9.5) e a diminuição da corrupção (ODS 16.5). No entanto, as metas relacionadas com a sustentabilidade ambiental, como a redução de resíduos (ODS 12.5) e a promoção de práticas de compras sustentáveis (ODS 12.7), apresentam níveis de cumprimento mais baixos.

Com base nos resultados, conclui-se que, embora as empresas do setor HC-BP estejam a envidar esforços para adotar as normas SASB, ainda enfrentam desafios significativos na implementação integral dessas normas. A conformidade com as métricas continua a ser inconsistente, evidenciando uma predominância de divulgações incompletas.

Este estudo apresenta algumas limitações importantes. O número reduzido de empresas analisadas e o foco numa única indústria restringem a possibilidade de generalizar os resultados. Por outro lado, as práticas específicas da indústria e as suas particularidades nos processos podem ter influenciado a interpretação dos dados.

A recolha e análise dos dados públicos foram realizadas em conformidade com as diretrizes éticas pertinentes, garantindo a integridade e a confidencialidade das informações. A pesquisa baseou-se exclusivamente em dados disponíveis publicamente pelas empresas, de modo a assegurar que o processo respeitasse os princípios de transparência e rigor académico. No entanto, a análise de conteúdo dos relatórios é suscetível a juízos de valor do leitor, o que constitui uma limitação a considerar.

A inconsistência na disponibilidade de relatórios e a falta de dados completos para algumas empresas limitaram a abrangência da análise, levando à exclusão de certos casos da amostra final. Adicionalmente, algumas empresas optaram por não incorporar o SASB *Index* nos seus relatórios integrados ou de sustentabilidade, preferindo apresentá-lo em documentos separados. Acredita-se que a inclusão do SASB *Index* num único relatório poderia promover uma maior uniformidade e transparência nos processos de divulgação.

Para pesquisas futuras, considera-se pertinente expandir a análise a outras indústrias e setores, bem como incluir empresas de outras regiões geográficas, por forma a verificar se as tendências observadas neste estudo são consistentes em diferentes contextos. Outras pesquisas poderiam também aprofundar a compreensão das razões pelas quais as empresas optam por não divulgar certas métricas, de modo a perceber se essas omissões são justificadas ou se refletem lacunas nas práticas de relato da sustentabilidade. Por outro lado, seria interessante investigar a perceção dos investidores sobre a qualidade e a utilidade dos relatórios não financeiros que seguem as normas SASB, de modo a avaliar o impacto destas divulgações na reputação e no desempenho financeiro das empresas.

Outra linha de pesquisa poderia envolver a análise longitudinal do impacto da adoção das normas SASB, com o intuito de determinar se a conformidade com estas normas melhora à medida que as empresas adquirem mais experiência e que as exigências regulatórias se tornam mais claras. Por outro lado, considerando a crescente importância da digitalização, pesquisas

futuras poderiam explorar o papel das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a blockchain, na melhoria da transparência e precisão dos relatórios não financeiros.

Finalmente, uma observação que emerge deste estudo é a necessidade de maior compromisso por parte das empresas e dos reguladores em melhorar a qualidade e a clareza dos relatórios de sustentabilidade. Apenas através de uma divulgação transparente e completa será possível avaliar de forma eficaz o impacto das empresas nos ODS e, por conseguinte, contribuir para o desenvolvimento sustentável global. Este estudo, ao proporcionar *insights* sobre as práticas atuais e os desafios enfrentados, espera servir como uma base para futuras melhorias e para o avanço contínuo na área de relatórios não financeiros.

Referências bibliográficas

- Adams, C. A., Alhamood, A. M., He, X., Tian, J., Wang, L. & Wang, Y. (2022). The development and implementation of GRI Standards: practice and policy issues. *Handbook of Accounting and Sustainability*, Edward Elgar. <https://drcaroladams.net/the-development-and-implementation-of-gri-standards-practice-and-policy-issues/>
- Afolabi, H., Ram, R. & Rimmel, G. (2022). Harmonization of Sustainability Reporting Regulation: Analysis of a Contested Arena. *Sustainability*, 14(9), 5517. https://www.researchgate.net/publication/360376536_Harmonization_of_Sustainability_Reporting_Regulation_Analysis_of_a_Contested_Arena
- Aguiar, Y. (2018). *Índice de conformidade da divulgação de informação no âmbito da LAS 37 – Análise a sociedades cotadas em quatro mercados bolsista europeus no ano de 2016* (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal). <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17659>
- Afonso, P. (2016). *A relevância dos níveis de divulgação da informação das empresas portuguesas* (Dissertação de Mestrado, Lisbon School of Economics & Management, Lisboa, Portugal). <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13108/1/DM-PDTA-2016.pdf>
- Anderson, K. (2023). *The Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*. <https://greenly.earth/en-us/blog/company-guide/the-sustainability-accounting-standards-board-sasb>
- APCER (2023). *Nova Diretiva Europeia sobre o relato de sustentabilidade das empresas*. <https://apcergroup.com/pt/noticias-e-destaques/3390/nova-diretiva-europeia-sobre-o-relato-de-sustentabilidade-das-empresas>
- Baptista, B. (2022). *Sustentabilidade: Análise de divulgação dos indicadores GRI em empresas portuguesas* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/15322/1/Vers%C3%A3o%20final_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Beatriz%20Nel%20Baptista%20%2820190239%29.pdf

- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/aaaj-05-2017-2929>
- Bernoville, T. (2024). *All ESG and non-financial reporting regulations in the US*. <https://plana.earth/academy/us-esg-regulations>
- Betti, G., Consolandi, C. & Eccles, R. G. (2018). The Relationship between Investor Materiality and the Sustainable Development Goals: A Methodological Framework. *Sustainability* 2018, 10(7), 2248. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3163044
- Bishara, A. J., & Hittner, J. B. (2012). Testing the significance of a correlation with nonnormal data: Comparison of Pearson, Spearman, transformation, and resampling approaches. *Psychological Methods*, 17(3), 399–417. <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0028087>
- Bochkay, K., Hales, J., & Serafeim, G. (2021). Disclosure standards and communication norms: Evidence of voluntary disclosure standards as a coordinating device for capital markets. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3928979>
- Braune, C. S. (2021). *Uma análise da comparabilidade das informações sociais (“S” do ESG) divulgadas por empresas da indústria do óleo e gás que adotam o padrão SASB* (Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, Brasil). <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/5bcc2671-a76f-443b-9fba-89ae47012894/content>
- Breda, G. (2023). *Some news from EFRAG*. <https://www.albanyintschool.co.uk/post/some-news-from-efrag>
- Busco, C., Consolandi, C. & Eccles, R. (2020). A Preliminary Analysis of SASB Reporting: Disclosure Topics, Financial Relevance, and the Financial Intensity of ESG Materiality. *Journal of Applied Corporate Finance*, 32(2), 117-125. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3548849
- Caiado, R. G. G., Filho, W. L., Quelhas, O. L. G., Nascimento, D. L. M. & Ávila, L. V. (2018). A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. *Journal of Cleaner Production*, 198, 1276-1288. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652618320754>
- Calvo-Centeno, E., Gragera-Pizarro, E. & Romero-Ramos, E. (2022). Comparative analysis of the contribution to the United Nations Sustainable Development Goals through non-

financial information disclosed by IBEX 35 companies. *Financial Internet Quarterly*, 18(1), 16-30. 10.2478/fiqf-2022-0002

Cansino, D. I. P. (2022). *La credibilidad de los informes de sostenibilidad en el contexto de la Directiva 2014/95/UE. Evidencia en empresas energéticas y petrolíferas europeas*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Sevilha, Sevilha, Espanha). https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/136384/2021-22-161-77874459-1 PEREZ_CANSINO_I2816129.pdf?sequence=1

Cardoso, H. A. M. (2023). *As Big Four - Razões de Escolha*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/24791/1/Hugo_Cardoso_MA_2023.pdf?utm_source=.com

Carvajal, M. & Nadeem, M. (2022). Financially material sustainability reporting and firm performance in New Zealand. *Meditari Accountancy Research*. Vol. 31 No. 4, pp. 938-969. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2021-1346>

Christensen, H., Hail, L. & Leuz, C. (2021). Mandatory CSR and sustainability reporting: economic analysis and literature review. <https://www.sec.gov/comments/climate-disclosure/cll12-245053.pdf>

Coelho, C. (2023). *Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade – um progresso significativo para a transparência e informação sobre sustentabilidade*. <https://eco.sapo.pt/opiniao/diretiva-de-reporter-corporativo-de-sustentabilidade-um-progresso-significativo-para-a-transparencia-e-informacao-sobre-sustentabilidade/>

Consolandi, C., Phadke, H., Hawley, J. P. & Eccles, R. G. (2018). ESG Outcomes and SDG Externalities: Evaluating the Health Care Sector's Contribution to the SDGs. *SSRN Electronic Journal*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3277421

Consolandi, C., Phadke, H., Hawley, J., & Eccles, R. G. (2020). Material ESG Outcomes and SDG Externalities: Evaluating the Health Care Sector's Contribution to the SDGs. *Organization & Environment*, 33(4), 511-533. <https://doi.org/10.1177/1086026619899795>

Constantinescu, D. (2021). Sustainability disclosure and its impact on firm's value for Energy and Healthcare industry. *Central European Economic Journal*, 8(55), 313-329. <https://sciendo.com/article/10.2478/ceej-2021-0022>

- Cooke, T. (1989). Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies. *Accounting and Business Research*, 19 (74), 113–124.
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-646X.1989.tb00009.x>
- Creswell, J. W. (2009). Research questions and hypotheses. In J.W. Creswell (4^a ed). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (pp. 139-154). California: SAGE Publications.
- Cuatrecasas (2022). *Reporte de sustentabilidade das empresas: Diretiva CSRD*.
<https://www.cuatrecasas.com/resources/legal-flash-pt-reporte-de-sustentabilidade-das-empresas-diretiva-csrd-63a98c2ab6d33650011462.pdf?v1.60.1.20231011>
- Cucari, N., De Falco, S. E., & Orlando, B. (2018). Diversity of Board of Directors and Environmental Social Governance: Evidence from Italian Listed Companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(3), 250-266.
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.1452>
- Deloitte (2023). *ISSB issues targeted amendments to the SASB standards to enhance their international applicability*. <https://www.iasplus.com/en/news/2023/12/sasb-standards>
- Dihn, T., Husmann, A. & Melloni, G. (2021). *The role of non-financial performance indicators and integrated reporting in achieving sustainable value creation*.
[https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_ATA\(2021\)662943](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_ATA(2021)662943)
- Diretiva (CE) n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. (2013). *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L 182/19 de 26/06/2013.
<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:182:0019:0076:PT:PDF>
- Diretiva (UE) n.º 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativa à divulgação de informações sobre a sustentabilidade em empresas e à modificação da Diretiva 2013/34/UE. (2022). *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 328/1 de 15/12/2022.
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32022L2464>

- EFRAG (2022). *DRAFT EUROPEAN SUSTAINABILITY REPORTING STANDARDS*. <https://www.efrag.org/sites/default/files/sites/webpublishing/SiteAssets/05%20EFRAGs%20Cover%20Letter%20on%20the%20Cost-benefit%20analysis.pdf>
- EFRAG (2023a). *Public consultation on the first set of Draft ERS*. <https://efrag-website.azurewebsites.net/lab3?AspxAutoDetectCookieSupport=1>
- EFRAG (2023b). *EFRAG's draft comment letter (DCL) on ISSB ED on SASB internationalisation and Taxonomy updates*. <https://www.efrag.org/en/news-and-calendar/news/efrags-draft-comment-letter-dcl-on-issb-ed-on-sasb-internationalisation-and-taxonomy-updates>
- EFRAG (2023c). *EFRAG welcomes next step towards the first set of ERS*. <https://www.efrag.org/en/news-and-calendar/news/efrag-welcomes-next-step-towards-the-first-set-of-ers>
- EFRAG (n.d.). *About us: General Presentation*. <https://www.efrag.org/en/about-us>
- EFRAG (n.d.). *ERS workstreams*. <https://www.efrag.org/en/sustainability-reporting/ers-workstreams>
- EFRAG (n.d.). *ISSB - International Applicability of the SASB Standards*. <https://www.efrag.org/en/projects/issb-international-applicability-of-the-sasb-standards>
- EFRAG (n.d.). *ERS workstreams*. <https://www.efrag.org/en/sustainability-reporting/ers-workstreams>
- EFRAG (n.d.). *Interoperability*. <https://www.efrag.org/en/sustainability-reporting/ers-workstreams/interoperability>
- ESG Pro (2023). *ESG Reporting Frameworks: Comparing the GRI and the SASB*. <https://esgpro.co.uk/esg-reporting-frameworks-comparing-the-gri-and-the-sasb/>
- Ernst & Young (2019). *Why corporate reporting standards are starting to converge: Ian Mackintosh explains how the Corporate Reporting Dialogue is trying to drive better alignment in reporting as pressure to include nonfinancial information increases*. https://www.ey.com/en_lu/assurance/why-corporate-reporting-standards-are-starting-to-converge
- Ernst & Young (2020). *How will ESG performance shape your future?* https://www.ey.com/en_ee/assurance/how-will-esg-performance-shape-your-future

- Ernst & Young (2022). *How the EU's new sustainability directive is becoming a game changer*.
https://www.ey.com/en_gl/assurance/how-the-eu-s-new-sustainability-directive-is-becoming-a-game-changer
- European Council (2017). *Agreement to extend EU programme on financial reporting and auditing*.
<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/02/27/financial-reporting-auditing/>
- Faria, M. J. da S. (2017). Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. *Cadernos EBAP.EBR*, 15(spe), 534–558.
<https://doi.org/10.1590/1679-395159702>
- Faber, E. (2023, junho 26). ISSB issues inaugural global sustainability disclosure standards [Sessão de conferência]. IFRS Foundation Conference, Londres.
<https://www.ifrs.org/news-and-events/events/2023/june/ifrs-foundation-conference-2023/>.
- Fenwick, C. (2023). *EFRAG approved the European Sustainability Reporting Standards*.
<https://www.onetrust.com/blog/efrag-eu-sustainability-reporting-standards/>
- Ferreira, R. M. (2022). *Proposta de relato não financeiro para a empresa Bicimax, S.A.* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal).
https://iconline.iplleiria.pt/bitstream/10400.8/8109/1/Projeto%20final%20curso_Rita_com_corre%20a7%20b5es_formais.pdf
- Gambetta, G. (2021, July). *BlackRock finds large overlap between SASB and SDG indicators*. Responsible Investor. https://www.responsible-investor.com/blackrock-finds-large-overlap-between-sasb-and-sdg-indicators/?utm_source.com
- Gomes, M. (2024). *As divulgações sobre a materialidade no relato da informação não financeira das entidades europeias cotadas* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal).
<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/17574>
- Grant Thornton (2024). *ISSB publica alterações para aprimorar a aplicabilidade internacional das Normas SASB*. <https://www.grantthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/ISSB-publica-alteracoes-para-aprimorar-a-aplicabilidade-internacional-das-Normas-SASB/>
- GRI. (2021). *A Practical Guide to Sustainability Reporting Using GRI and SASB Standards*.
<https://www.globalreporting.org/media/mlkjp1i/gri-sasb-joint-publication-april-2021.pdf>

- GRI, United Nations Global Compact & WBCSD (2015). *SDG Compass: The guide for business action on the SDGs*. <https://unglobalcompact.org/library/3101>
- Guidi, M., Giuliani, M., Chiucchi, M. S., & Marasca, S. (2021). The assurance of non-financial disclosure: A longitudinal analysis of the academic and professional literature. *FINANCIAL REPORTING*, 2, 5–44. <https://doi.org/10.3280/fr2021-002001>
- Guillot, J. (2020). *What Is the Connection Between SASB and the SDGs?* <https://sasb.ifrs.org/blog/what-is-the-connection-between-sasb-and-the-sdgs/>
- Gunawan, J. & Susilo, H. (2021). Corporate Social Responsibility, Corporate Reputation, and Share Price: A Study of Consumer Goods Industries Using Sustainable Accounting Standard Board (SASB) Disclosures. *Jurnal Magister Akuntansi Trisakti*, 8(1), 65-84. <https://e-journal.trisakti.ac.id/index.php/jmat/article/view/8770>
- Henrique, M., Paulo, E. & Fernandes, R. (2024). *Nível de Adesão às Sustainability Accounting Standard (SASB) para Reporte de Sustentabilidade: O caso Statkraft Brasil*. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/256777/TCC-ARTIGO-FINAL-BU-MARIA-FERNANDA%20%281%29.pdf?sequence=1>
- IFRS Foundation (2020). *Verizon: Sending a Strong ESG Signal to Investors*. <https://sasb.ifrs.org/blog/verizon-sending-a-strong-esg-signal-to-investors/>
- IFRS Foundation (2021a). *DS Smith: Communicating a Circular Economy Story with SASB Standards*. <https://sasb.ifrs.org/blog/ds-smith-communicating-a-circular-economy-story-with-sasb-standards/>
- IFRS Foundation (2021b). *Schnitzer Steel: Refining a Century-old Sustainability Story with Strategy and Standards*. <https://sasb.org/blog/schnitzer-steel-refining-a-century-old-sustainability-story-with-strategy-and-standards/>
- IFRS Foundation (2022). *IFRS Foundation completes consolidation with Value Reporting Foundation*. <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/08/ifrs-foundation-completes-consolidation-with-value-reporting-foundation/>
- IFRS Foundation (2023a). *SASB Standards: Basis for Conclusions on Enhancing the International Applicability of the SASB Standards*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/international-applicability-sasb-standards/basis-for-conclusions.pdf>

- IFRS Foundation (2023b). *Effects of climate-related matters on financial statements*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/documents/effects-of-climate-related-matters-on-financial-statements.pdf>
- IFRS Foundation (2023c). *Why investors use SASB Standards*. <https://sasb.ifrs.org/investor-use/>
- IFRS Foundation (2023d). *How investors use SASB Standards*. <https://sasb.ifrs.org/investor-use/esg-integration/>
- IFRS Foundation (2023e). *Materiality Finder*. <https://sasb.ifrs.org/standards/materiality-finder/>
- IFRS Foundation (2023f). *ISSB updates to SASB Standards*. <https://sasb.ifrs.org/issb-updates-to-sasb-standards/>
- IFRS Foundation (2023g). *SASB's Approach to Standards-Setting*. : <https://www.sasb.org/standards/approach>
- IFRS Foundation (2024a). *Global Use of SASB Standards*. <https://sasb.ifrs.org/about/global-use/>
- IFRS Foundation (2024b). *SASB Standards*. <https://www.ifrs.org/issued-standards/sasb-standards/>
- IFRS Foundation (2024c). *How the SASB Standards support ISSB disclosure*. <https://help.sasb.org/hc/en-us/sections/360013432712-How-the-SASB-Standards-support-ISSB-disclosure>
- IOSCO (2023). *IOSCO endorses the ISSB's Sustainability-related Financial Disclosures Standards*. https://www.iosco.org/news/pdf/IOSCONEWS703.pdf?utm_source=.com
- Iwami, K. M. (2023). *ESG in Consumer Goods: The Relationship Between Financial Materiality and the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs)* (Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, Brasil). <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/34c41696-a0f8-4427-85e2-90ddc493fcb8/content>
- Khaled, R., Ali, H., & Mohamed, E. K. A. (2021). The Sustainable Development Goals and corporate sustainability performance: Mapping, extent and determinants. *Journal of Cleaner Production*, 311, 127599. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652621018175>

- Khan, M., Serafeim, G., & Yoon, A. (2016). Corporate Sustainability: First Evidence on Materiality. *The Accounting Review*, 91(6), 1697-1724. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2575912
- Kolk, A. & Tulder, R. V. (2010). International Business, Corporate Social Responsibility and Sustainable Development. *International Business Review*, 19(1), 119-125. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1522732
- KPMG (2020). *The Time Has Come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020*. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/my/pdf/time-has-comes.pdf>
- KPMG (2023a). *Five things you need to know about the SASB Standards*. <https://kpmg.com/xx/en/home/insights/2023/08/ifrs-blog-sasb-standards.html>.
- KPMG (2023b). *Key global trends in sustainability reporting*. <https://kpmg.com/xx/en/home/insights/2022/09/survey-of-sustainability-reporting-2022/global-trends.html>
- Korca, B. & Costa, E. (2021). Diretiva 2014/95/UE: construir uma agenda de investigação. *Jornal de Pesquisa Contábil Aplicada*, 22(3). <https://doi.org/10.1108/JAAR-05-2020-0085>
- Limkriangkrai, M., Koh, S., & Durand, R. B. (2017). Environmental, Social, and Governance (ESG) Profiles, Stock Returns, and Financial Policy: Australian Evidence. *International Review of Finance Ltd.*, 17(3), 461-471. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/irfi.12101>
- Luo, L. & Tang, Q. (2022). The real effects of ESG reporting and GRI standards on carbon mitigation: International evidence. *Business Strategy and the Environment*, 32(6), 2985–3000. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/bse.3281>
- Marques, C. (2015). *Provisões e Contingências: Análise das divulgações das entidades do PSI20* (Relatório de Estágio de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/28521/1/Carla_Marques_Relat%0c3%b3rio_de_Est%0c3%a1gio_MCF_2015.pdf
- Melloni, G., Caglio, A. & Perego, P. (2017). Saying More with Less? Disclosure Conciseness, Completeness and Balance in Integrated Reports. Forthcoming, *Journal of Accounting and Public Policy*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2861056

- Morell, J. C. (2022). *The Effect of Management's Focus on SASB Measures on Financial Performance: A Study of the Health Care Supply Chain Sector* (Dissertação de Mestrado, Kellstadt Graduate School of Business, Chicago, Illinois, EUA). [viewcontent.cgi \(depaul.edu\)](http://viewcontent.cgi (depaul.edu))
- Nelson, J. & Ingram, G. (2023). *Scaling private sector engagement in the SDGs*. <https://www.brookings.edu/articles/scaling-private-sector-engagement-in-the-sdgs/>
- Vukić, N. M., Vuković, R. & Calace, D. (2018). Non-Financial Reporting as a New Trend in Sustainability Accounting. *Journal of Accounting and Management* 2017, 7(2), 13-26. https://www.academia.edu/81117362/Non_Financial_Reporting_as_a_New_Trend_in_Sustainability_Accounting
- Oliveira, G. (2022). *A taxa efetiva de tributação e o índice de divulgação voluntária de informação nas empresas do PSI 20* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal). https://ria.ua.pt/bitstream/10773/34376/1/Documento_Gisela_Oliveira.pdf
- Onetrust (2023). *CDP vs SASB vs GRI sustainability reporting standards*. <https://www.onetrust.com/blog/cdp-sasb-gri-sustainability-reporting-standards/>
- Patel, S. (2021). *Understanding the SASB Materiality Map*. <https://esg.conservice.com/understanding-sasb-materiality-map/>
- Parab, S. & Bhalerao, S. (2010). Choosing statistical test. *International Journal of Ayurveda Research*. 1(3), 187-191. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2996580/pdf/IJAR-1-187.pdf>
- Pizzi, S., Principale, S. & Nuccio, E. (2022). Material sustainability information and reporting standards. Exploring the differences between GRI and SASB. *Meditari Accountancy Research*, 31(6), 1654-1674. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2021-1486>
- PlanA (2024). *US SEC's Climate-Related Disclosures*. <https://plana.earth/policy/sec-climate-related-disclosures>
- Poole, V. & Sullivan, K. (2021). *Tectonic shifts: How ESG is changing business, moving markets, and driving regulation*. <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/topics/strategy/esg-disclosure-regulation.html>
- Posadas, S. C. & Tarquinio, L. (2021). Assessing the Effects of Directive 2014/95/EU on Nonfinancial Information Reporting: Evidence from Italian and Spanish Listed Companies. *Administrative Sciences*. 11 (3), 1-28. <https://www.mdpi.com/2076-3387/11/3/89/pdf>

- Pugliese, S. (2016). Divergences between EU and US in the Financial Regulation: What Effects on the TTIP Negotiations? *European Journal of Risk Regulation*. 7(2), 285-289. doi:10.1017/S1867299X00005699
- PwC (2022). *Dupla materialidade*. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-dupla-materialidade-metodologia.pdf>
- PwC (2023a). *Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade pwc.pt/sustentabilidade (CSRD)*. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-diretiva-reporter.pdf>
- PwC (2023b). *Normas de Relato de Sustentabilidade da UE (ESRS)*. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-normas-relato.pdf>
- PwC (2023c). *Os desafios do relato não-financeiro*. <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/relato-nao-financeiro.html>
- Qiu, Y., Shaukat, A., & Tharyan, R. (2016). Environmental and social disclosures: Link with corporate financial performance. *The British Accounting Review*. 48 (1), 102-116. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.10.007>
- Reis, D., C. (2020). *O Relato de informação não financeira após a aplicação da Diretiva 2014/95/EU: O que determina a divulgação da informação num relatório de sustentabilidade autónomo e a sua auditoria?* (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal). https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21810/1/master_catarina_duarte_reis.pdf
- Ribeiro, M. (2024). *A comparabilidade e a relevância das contas separadas: uma análise às entidades europeias cotadas* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/17572/1/Vers%C3%A3o_Definitiva_da_Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Maria_Ribeiro%20%283%29.pdf
- Rodriguez, A., Cotran, H., & Stewart, L. (2017). Evaluating the effectiveness of sustainability disclosure: Findings from a recent SASB study. *Journal of Applied Corporate Finance*, 29(2), 100-108. <https://doi.org/10.1111/jacf.12237>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019a). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312–1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>

- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019b). Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(3), 588–597. <https://doi.org/10.1002/csr.1705>
- SASB (2018). *CASE STUDY: UNLOCKING THE VALUE OF SASB STANDARDS*. <https://sasb.org/wp-content/uploads/2019/08/Case-Study-NRG-date.pdf>
- Schmidt, A. B. (2023). *News-based ESG ratings for optimal portfolios: SASB vs SDG*. <https://www.zbw.eu/econis-archiv/handle/11159/604271>
- Schooley, D. K., & English, D. M. (2015). *SASB: A Pathway to Sustainability Reporting in the United States*. https://scholarworks.boisestate.edu/marketing_facpubs/40/?utm_source=.com
- SEC (2024). *SEC Adopts Rules to Enhance and Standardize Climate-Related Disclosures for Investors*. <https://www.sec.gov/newsroom/press-releases/2024-31>
- Shrestha, N. (2020). Detecting Multicollinearity in Regression Analysis. *American Journal of Applied Mathematics and Statistics*, 8(2), 39-42. https://www.researchgate.net/publication/342413955_Detecting_Multicollinearity_in_Regression_Analysis
- Silva, G. D. (2021). *A Prestação de Informação Não Financeira - O Efeito da Diretiva Europeia 2014/95/EU nas Empresas Portuguesas Cotadas em Bolsa* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, Portugal). https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/38696/1/Gabriel_Silva.pdf
- Sinai (2021). *Understanding the SASB Materiality Map*. <https://www.sinai.com/post/understanding-the-sasb-materiality-map>
- Soyombo, O. T., Odunaiya, O. G., Okoli, C. E., Usiagu, G. S. & Ekemezie, I. O. (2024). Sustainability reporting in corporations: A comparative review of practices in the USA and Europe. *GSC Advanced Research and Reviews*, 18(2), 204–214. <https://doi.org/10.30574/gscarr.2024.18.2.061>
- Sustainability (2023). *As Normas SASB: Sustainability Accounting Standards Board*. <https://sustainability.com/pt/as-normas-sasb-sustainability-accounting-standards-board/>
- Stolowy, H. & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5), 525-548. <https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1470141>

- The Island Geographer (2019). *The Mann Whitney U Test*.
https://www.theislandgeographer.co.uk/files/ugd/a616e4_cd8456a1ace348e481903bd772cf10f2.pdf
- Tsagas, G. & Villiers, C. (2020). Why “Less is More” in Non-Financial Reporting Initiatives: Concrete Steps Towards Supporting Sustainability. *Journal of Accounting, Economics, and Law: A Convivium*. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/ael-2018-0045/html>
- Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. E. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations’ 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(4), 1617–1629. <https://doi.org/10.1002/csr.1910>
- Unesco (2024). *Os 17 ODS*. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/os-17-ods>
- Venturelli, A., Pizzi, S., Caputo, F. & Principale, S. (2020). *The revision of nonfinancial reporting directive: A critical lens on the comparability principle*. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.2598>
- WBCSD (2023). *Incorporating the SDGs into ESG Investment Research via SASB Tools*. <https://sdghub.com/project/incorporating-the-sdgs-into-esg-investment-research-via-sasb-tools/>
- Xie, J., Tanaka, Y., Keeley, A., Fujii, H. & Managi, S. (2023). Do investors incorporate financial materiality? Remapping the environmental information in corporate sustainability reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. 30, 2924-2952. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/csr.2524>